



CÓD: OP-185JL-24
7908403559503

BNDES

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Analista- Comum às especialidades

EDITAL Nº 1, DE 19 DE JULHO DE 2024

Língua Portuguesa

1. Compreensão de texto.....	7
2. Ortografia oficial	7
3. Mecanismos de coesão textual.....	8
4. Significação das palavras.....	9
5. Emprego das classes de palavras	10
6. Coordenação e de subordinação	16
7. Emprego dos sinais de pontuação	20
8. Concordância verbal e nominal	24
9. Regência verbal e nominal.....	26

Língua Inglesa

1. Compreensão de texto em língua inglesa.....	33
2. Itens gramaticais relevantes	33
3. Vocabulário	48
4. Mecanismos de coesão textual (referenciação e sequenciação).....	56
5. Semântica	57

Conhecimentos Transversais

1. Políticas Públicas e Desenvolvimento

1. Planejamento governamental, finanças e gestão pública.....	61
2. Papel das instituições.....	63
3. Noções sobre finanças públicas, ciclo orçamentário, controles interno e externo.....	67
4. Noções básicas e estágios do ciclo político-administrativo da política pública.....	72
5. Importância do monitoramento e da avaliação da efetividade das políticas públicas	76
6. Modelos de análise de políticas públicas.....	80
7. Formas de atuação da política pública.....	86
8. Programas sociais e de garantia da renda.....	90
9. Incentivos tributários, subsídios e taxação	94
10. Papel das compras públicas no adensamento produtivo e tecnológico	99
11. Políticas fiscal e monetária verdes	103

2. Papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro

1. História política e econômica do Brasil e o papel do BNDES no desenvolvimento do país.....	111
2. O papel histórico do BNDES nos diferentes planos econômicos e a questão regional do País.....	114
3. O BNDES e as políticas públicas atuais: Novo PAC, Nova Indústria Brasil e Plano de Transformação Ecológica como elementos de neointustrialização e descarbonização da economia.....	118
4. O papel dos bancos de fomento no desenvolvimento econômico e social	123
5. Modelos de atuação direto e indireto	128
6. Formas de atuação do BNDES.....	133
7. Estruturação e financiamento de projetos de infraestrutura	137
8. Financiamento à exportação.....	142
9. Financiamento às micro, pequenas e médias empresas.....	145
10. Atuação via Mercado de Capitais.....	150
11. Financiamento à indústria	154

3. Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática

1. Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	159
2. Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 6938/1981 e suas alterações)	163
3. Licenciamento ambiental – Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNL(A)).....	178
4. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei nº 9. 985/2000 e suas alterações)	182
5. Lei sobre a Proteção da Vegetação Nativa (conhecida como Novo Código Florestal - Lei nº 12.651/2012 e suas alterações) .	190
6. Clima e Sustentabilidade.....	209
7. Mudanças climáticas.....	213
8. Riscos físicos e de transição	213
9. Mitigação e adaptação.....	217
10. Transição ecológica justa	222
11. Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC - Lei nº 12187/2009 e suas alterações)	226
12. Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) do Brasil. Perfil de emissões de gases do efeito estufa do Brasil.....	229
13. Desenvolvimento e finanças sustentáveis	233
14. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular	238
15. Bioeconomia	244
16. Biodiversidade e Soluções Baseadas na Natureza	248
17. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: Agenda 2030	252
18. Oportunidades e Riscos sociais, ambientais e climáticos no Sistema Financeiro	263
19. Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) das instituições financeiras.....	267
20. Resoluções CMN nº 4557/2017 e nº 4945/2021, suas alterações e normativos associados.....	272
21. Divulgação de informações socioambientais e climáticas das instituições financeiras	292
22. Finanças Sustentáveis e Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) de investimentos	296

4. Princípios de análise de dados e informações

1. Os dados e as organizações: Tipos de dados: estruturados e não estruturados; quantitativos e qualitativos.....	307
2. Tipos de produtos de dados (bases de dados, relatórios, planilhas, análise exploratória de dados, dashboards, modelos de aprendizado de máquina) e seus usos (explorar, alertar, descrever, explicar, prever, recomendar, otimizar).....	307
3. Princípios de organizações orientadas a dados	308
4. Governança de dados e seus benefícios.....	309
5. Etapas do ciclo de análise de dados (CRISP-DM)	311
6. Fundamentos para criação de métricas de negócio (KPIs)	312
7. Técnicas de identificação de causa raiz (Diagrama de Ishikawa, Cinco Porquês, Análise de Pareto).....	313
8. Estruturas lógicas e noções básicas de lógica: conectivos, tautologia, contradições, contingência, implicações, equivalências, quantificadores, afirmações e negações.....	314
9. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções, conclusões e silogismos.....	320
10. Lógica proposicional: proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Leis de De Morgan; Equivalências.....	320
11. Coleta e preparação dos dados	323
12. Problemas comuns em dados: outliers, dados faltantes, erros no tipo dos dados e viés de seleção.....	324
13. Análise de Dados: Estatística descritiva: medidas de posição (média, mediana, moda, quartis), de dispersão (variância, desvio-padrão) e de associação (correlação de Pearson). Correlação e causalidade.....	325
14. Princípios básicos de inferência.....	326
15. Estatística: noções de amostragem (população, e amostra), erro amostral.....	326
16. Noções fundamentais de probabilidade (conceitos fundamentais, probabilidade condicional e independência), distribuições de probabilidade comuns (uniforme, normal, binomial e exponencial).....	330
17. Conceitos básicos de estatística indutiva.....	332
18. Introdução à visualização de dados: Tipos de gráficos (barras, pizza, linha, dispersão, histograma), como interpretá-los e quando utilizá-los.....	333
19. Boas práticas para a construção de gráficos (escala dos eixos, margens de erro, disposição de mais de uma série em um único gráfico, ênfase em uma série ou em um ponto, barra ou fatia específicos)	338
20. Princípios de storytelling com dados.....	338
21. Uso responsável de dados: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações)	339

5. Diversidade e Inclusão

1. O papel do Estado brasileiro no combate à pobreza	355
2. O papel do BNDES na redução de desigualdades econômicas, sociais e territoriais no Brasil	358
3. Direitos Humanos, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030 e diversidade	363
4. Interseccionalidade e suas interfaces com marcadores sociais de raça, cor e etnia, classe, idade, deficiência, localização geográfica, sexualidade, expressão e identidade de gênero	381
5. discriminação e exclusão social e digital.....	387
6. Índice de Diversidade B3 – IDIVERSA B3: objetivo e metodologia.....	391
7. Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiências; povos originários, comunidades quilombolas e demais minorias sociais.....	396
8. Desafios territoriais: a questão urbana e regional no Brasil – disparidades e segregação socioespacial	401

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aporuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <i>esta</i> : colonização africana. Mais um ano <i>igual aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. <i>A menina</i> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <i>mas</i> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <i>casa</i> é clara. Os <i>quartos</i> , a <i>sala</i> e a <i>cozinha</i> têm janelas grandes.

Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio.

Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade. **Ex:** *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade. **Ex:** *forte* <—> *fraco*

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes. **Ex:** *cem* (numeral) X *sem* (falta); *conserto* (arrumar) X *concerto* (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes. **Ex:** *colher* (talher) X *colher* (verbo); *acerto* (substantivo) X *acerto* (verbo).

Polissemia e monossemita

As palavras **polissêmicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase.

Ex: *cabeça* (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas apresentam apenas um significado. **Ex:** *eneágono* (polígono de nove ângulos).

Denotação e conotação

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal. **Ex:** *Está fazendo frio.* / *Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado. **Ex:** *Você me olha com frieza.* / *Pé da cadeira.*

Hiperonímia e hiponímia

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente. **Ex:** *Fruta é hiperônimo de limão.*

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo. **Ex:** *Limão é hipônimo de fruta.*

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado. **Ex:** *loiro – louro* / *enfarte – infarto* / *gatinhar – engatinhar.*

Arcaísmo

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente. **Ex:** *botica* <—> *farmácia* / *franquia* <—> *sinceridade.*

EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina <i>inteligente</i> ... Roupa <i>azul-marinho</i> ... Brincadeira <i>de criança</i> ... Povo <i>brasileiro</i> ...
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i>muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> .
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação	Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação	<i>Ah!</i> Que calor... Escapei por pouco, <i>ufa!</i>
NUMERAL	Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número	Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a <i>metade</i> de seis.
PRONOME	Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número	Posso <i>ajudar</i> , senhora? <i>Ela me</i> ajudou muito com o <i>meu</i> trabalho. <i>Esta</i> é a casa <i>onde</i> eu moro. <i>Que</i> dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação	Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão.
SUBSTANTIVO	Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau.	A <i>menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no rio. A <i>matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> .
VERBO	Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana <i>se exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto.

Substantivo**Tipos de substantivos**

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

- **Comum:** usado para nomear seres e objetos generalizados. *Ex: mulher; gato; cidade...*
- **Próprio:** geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar. *Ex: Maria; Garfield; Belo Horizonte...*
- **Coletivo:** é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie. *Ex: matilha; enxame; cardume...*
 - **Concreto:** nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.). *Ex: menina; cachorro; praça...*
 - **Abstrato:** depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc. *Ex: saudade; sede; imaginação...*
 - **Primitivo:** substantivo que dá origem a outras palavras. *Ex: livro; água; noite...*
 - **Derivado:** formado a partir de outra(s) palavra(s). *Ex: pedreiro; livraria; noturno...*
 - **Simples:** nomes formados por apenas uma palavra (um radical). *Ex: casa; pessoa; cheiro...*
 - **Composto:** nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical). *Ex: passatempo; guarda-roupa; girassol...*

LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO DE TEXTO EM LÍNGUA INGLESA

Reading Comprehension

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor manter a calma, e se embasar nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

- **Skimming:** trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.

- **Scanning:** através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.

- **Cognatos:** são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única diferença é que em português a palavra recebe acentuação. Porém, é preciso atentar para os chamados falsos cognatos, ou seja, palavras que são escritas iguais ou parecidas, mas com o significado diferente, como “evaluation”, que pode ser confundida com “evolução” onde na verdade, significa “avaliação”.

- **Inferência contextual:** o leitor lança mão da inferência, ou seja, ele tenta adivinhar ou sugerir o assunto tratado pelo texto, e durante a leitura ele pode confirmar ou descartar suas hipóteses.

- **Reconhecimento de gêneros textuais:** são tipo de textos que se caracterizam por organização, estrutura gramatical, vocabulário específico e contexto social em que ocorrem. Dependendo das marcas textuais, podemos distinguir uma poesia de uma receita culinária, por exemplo.

- **Informação não-verbal:** é toda informação dada através de figuras, gráficos, tabelas, mapas, etc. A informação não-verbal deve ser considerada como parte da informação ou ideia que o texto deseja transmitir.

- **Palavras-chave:** são fundamentais para a compreensão do texto, pois se trata de palavras relacionadas à área e ao assunto abordado pelo texto. São de fácil compreensão, pois, geralmente, aparecem repetidamente no texto e é possível obter sua ideia através do contexto.

- **Grupos nominais:** formados por um núcleo (substantivo) e um ou mais modificadores (adjetivos ou substantivos). Na língua inglesa o modificador aparece antes do núcleo, diferente da língua portuguesa.

- **Afixos:** são prefixos e/ou sufixos adicionados a uma raiz, que modifica o significado da palavra. Assim, conhecendo o significado de cada afixo pode-se compreender mais facilmente uma palavra composta por um prefixo ou sufixo.

- **Conhecimento prévio:** para compreender um texto, o leitor depende do conhecimento que ele já tem e está armazenado em sua memória. É a partir desse conhecimento que o leitor terá o entendimento do assunto tratado no texto e assimilará novas informações. Trata-se de um recurso essencial para o leitor formular hipóteses e inferências a respeito do significado do texto.

O leitor tem, portanto, um papel ativo no processo de leitura e compreensão de textos, pois é ele que estabelecerá as relações entre aquele conteúdo do texto e os conhecimentos de mundo que ele carrega consigo. Ou mesmo, será ele que poderá agregar mais profundidade ao conteúdo do texto a partir de sua capacidade de buscar mais conhecimentos acerca dos assuntos que o texto traz e sugere.

Não se esqueça que saber interpretar textos em inglês é muito importante para ter melhor acesso aos conteúdos escritos

ITENS GRAMATICAIS RELEVANTES

Dentre os muitos tópicos gramaticais da língua inglesa, alguns se fazem primordiais para a compreensão textual e a contextualização da comunicação no idioma. Os tempos verbais são os principais gramaticais a serem estudados para uma melhor compreensão do idioma por completo. Ao realizar a interpretação de um texto, deve-se levar o tempo verbal em consideração para que se possa contextualizar o momento ao qual a fala se refere. Confira a seguir.

Simple present

O *simple present* ou o presente simples é marcado por dois verbos auxiliares específicos DO e DOES. A conjugação verbal no tempo presente da língua inglesa é simples e se divide entre grupos de sujeitos. No infinitivo, ou seja, quando terminados em “ar”, “er”, “ir” no português, o verbo leva “to” em inglês, veja a seguir.

- Comer – **to eat**
- Beber – **to drink**
- Andar – **to walk**

Todos os verbos no presente mantêm uma conjugação básica, muito mais simples que a do português para cada sujeito. Basta retirar o “to” do infinitivo para serem conjugados com os sujeitos *I, you, we, they* e *you* (plural). Veja:

- **I eat** – Eu como
- **You eat** – Você come/ Tu comes
- **We eat** – Nós comemos
- **They eat** – Eles comem
- **You eat** – Vocês comem/ Vós comeis

No caso dos pronomes na terceira pessoa (*he, she* e *it*), acrescenta-se ao verbo o **s** conjuga-los adequadamente no tempo presente; para saber quando usar casa partícula, é necessário atentar-se ao final de cada verbo. Veja:

- **She speaks Spanish.**
- **My brother enjoys watching movies.**
- **Anne visits her family on weekends**

A grande maioria dos verbos recebem a terminação em **s** no inglês, em especial os terminados em sons consonantais de **p, t, k** ou **f** ou sons vogais. Mas encontramos algumas exceções também em que devemos acrescentar **es** ou **ies** ao final do verbo, no caso de verbos terminados em **y**, em **ch**, em **sh**, em **x**, em **s** ou em **z**.

Em verbos a terminação consoante + **y**, acrescenta-se o “**ies**”. Confira alguns exemplos de verbos que se encaixam nesta regra.

- **To study** – **She studies math.** (Ela estuda matemática)
- **To try** – **He tries to practice sports.** (Ele tenta praticar esportes)
- **To fry** – **John fries potatoes in oil.** (John fritar batatas no óleo)
- **To copy** – **Lucy copies the text.** (Lucy copia o texto)
- **To reply** – **He replies with a text.** (Ele responde com uma mensagem)

Há, porém, uma exceção para a regra do “**y**”. Em verbos que seguem a ordem de consoante, vogal e consoante (cvc) em sua terminação, acrescenta-se apenas o “**s**”. Confira:

- **To play** – **She plays the guitar.** (Ela toca violão)
- **To stay** – **It stays there** (Fica lá)
- **To enjoy** – **He enjoys playing the piano.** (Ele gosta de tocar o violão)

Verbos terminados em **ch, sh, s, z** ou **x**, terminam “**es**”. Observe:

- **To touch** – **He touches his nose.** (Ele toca seu nariz)
- **To press** – **Mary presses the button.** (Maria aperta o botão)
- **To buzz** – **The noise buzzes across the room.** (O barulho zumbir pela sala)
- **To crash** – **The bus crashes against the wall** (O ônibus bate contra o muro)
- **To fix** – **The man fixes the sink.** (O homem conserta a pia)

Observe que apenas no caso dos pronomes em terceira pessoa (*he, she, it*), o verbo se modificou. Nos demais sujeitos o verbo mantém sua forma original do infinitivo.

Há ainda o uso dos verbos auxiliares **DO** e **DOES** em frases negativas e interrogativas no presente simples do inglês. E, assim como a conjugação verbal, os auxiliares são divididos em dois grupos de acordo com os sujeitos:

- **DO** para *I, You, We, They* e *You* (plural).
- **DOES** para *He, She* e *It*.

Na negativa, o verbo auxiliar do ou does é somado ao **not** (não), podendo sofrer uma contração, comum da linguagem informal.

- **Do not = don't**
- **Does not = doesn't**

Sendo assim, no presente acrescentam-se estes auxiliares ao modo negativo para formular uma frase negativa. O verbo que o segue, porém, retorna ao seu estado primário (infinitivo sem “to”) em todos os casos quando as frases estão na forma negativa. Veja:

- **You do not enjoy this song.** / **You don't enjoy this song** (Você não gosta desta canção)
- **She does not understand English.** / **She doesn't understand English.** (Ela não entende inglês)

Em frases interrogativas os verbos auxiliares do presente são postos no início da frase e o verbo retorna para seu estado infinitivo sem o “to”. Confira:

- **Do you enjoy watching TV?** (Você gosta de assistir TV?)
- **Do Anna and Joe understand the text?** (Anna e John entendem o texto?)
- **Does she work at a store?** (Ela trabalha em uma loja?)
- **Does Matt speak Mandarin?** (Matt fala mandarim?)

E assim formamos as bases das estruturas do tempo presente na língua inglesa.

Simple past

O passado simples no inglês segue uma estrutura ainda mais simplificada do que o próprio presente simples. O auxiliar **DID** é responsável por formular frases negativas e interrogativas. E os verbos são divididos entre verbos regulares e irregulares.

Verbos regulares

Os verbos regulares da língua inglesa possuem uma terminação padrão **-ED**. No tempo passado, todas as regras se aplicam a todos os sujeitos, sem diferenciação.

- **She loved the movie.**
- **We learned a new language.**
- **Joseph cooked a tasty dish.**

Verbos irregulares

Os verbos irregulares possuem variações diversas e não seguem uma regra. São, portanto, um tema que precisa de mais atenção e estudo para que a memorização seja efetiva. O uso cotidiano dos verbos pode auxiliar a aprender sua forma no passado, quando verbo irregular. Confira a seguir uma tabela de verbos irregulares em inglês.

INFINITIVO	PASSADO SIMPLES	SIGNIFICADO
to arise	arose	erguer, levantar
to awake	awoke	acordar, despertar
to be	was / were	ser, estar, ficar
to bear	bore	suportar, aguentar
to beat	beat	bater, espancar, superar, vibrar, palpitar
to become	became	tornar-se
to begin	began	começar, iniciar

to bend	bent	curvar, entortar, fran- zir, dirigir, desistir
to bet	bet	apostar
to bid	bade	oferecer, convidar, ordenar, desejar, leiloar
to bind	bound	atar, amarrar, obrigar
to bite	bit	morder, engolir a isca
to bleed	bled	sangrar, perder sangue;
to blow	blew	soprar, assobiar, fazer soar
to break	broke	quebrar, romper, violar
to breed	bred	procriar, gerar, fazer criação, educar, en- sinar
to buy	bought	comprar
to cast	cast	arremessar, jogar, derrubar, moldar
to catch	caught	pegar, capturar, en- tender, adquirir
to choose	chose	escolher, selecionar, preferir
to cling	clung	pegar-se, unir-se, aderir
to clothe	clothed	vestir, cobrir
to come	came	vir, chegar
to cost	cost	custar
to creep	crept	engatinhar, arrastar- -se no chão, andar de rasto
to crow	crew	cacarejar
to cut	cut	cortar, partir, reduzir, recortar, castrar
to deal	dealt	dar, distribuir, repar- tir, dividir, espalhar, negociar
to dig	dug	cavar, escavar
to do	did	fazer
to draw	drew	desenhar, extrair, sair
to drink	drank	beber
to drive	drove	dirigir, guiar
to eat	ate	comer
to fall	fell	cair, desaguar, abater-se, decrescer, diminuir
to feed	fed	alimentar, nutrir
to feel	felt	sentir, notar

to fight	fought	lutar, brigar
to find	found	achar, encontrar
to flee	fled	fugir, escapar, evitar, correr
to fling	flung	lançar, arremessar
to fly	flew	voar
to forbid	forbade	proibir
to forget	forgot	esquecer(-se)
to forgive	forgave	perdoar
to get	got	obter, conseguir
to give	gave	dar
to go	went	ir
to grow	grew	crescer, florescer, germinar
to hang	hung	pendurar, suspender
to have	had	ter, possuir
to hear	heard	ouvir, escutar, ter notícias
to hide	hid	esconder(-se), ocultar
to hit	hit	bater, chocar-se
to hold	held	segurar, agarrar
to hurt	hurt	ferir(-se), machucar
to keep	kept	manter, conservar, preservar
to kneel	knelt	ajoelhar-se
to knit	knit	tricotar
to know	knew	saber, conhecer
to lay	laid	pôr, colocar, derru- bar, deitar
to lead	led	conduzir, liderar, dirigir, comandar
to leap	leapt	saltar, pular, trans- portar, cobrir (os animais)
to learn	learnt	aprender, ficar sabendo
to leave	left	partir, deixar, sair
to lend	lent	emprestar
to lose	lost	perder
to make	made	fazer, criar, elaborar
to mean	meant	significar, querer dizer
to meet	met	encontrar(-se), reu- nir(-se)
to partake	partook	participar
to pay	paid	pagar

to put	put	pôr, colocar
to quit	quit	desistir, abandonar
to read	read	ler, interpretar
to ride	rode	cavalgar, andar de bicicleta ou carro
to ring	rang	soar, tocar (campanha, telefone)
to rise	rose	erguer-se, levantar-se
to run	ran	correr, apressar-se
to see	saw	ver, perceber
to seek	sought	procurar, pedir, almejar
to sell	sold	vender
to send	sent	enviar, mandar
to set	set	pôr, dispor, ajustar
to sew	sewed	costurar, coser
to show	showed	mostrar, apresentar
to shred	shred	cortar em pedaços, picar, retalhar, rasgar
to sit	sat	sentar(-se)
to speak	spoke	falar
to spell	spelt	soletrar
to spend	spent	gastar (dinheiro), passar (tempo)
to spill	spilt	derramar
to spin	spun	girar
to spit	spat	cuspir
to spoil	spoilt	estragar, destruir
to spread	spread	espalhar, estender
to spring	sprang	saltar, lançar-se, libertar-se
to stand	stood	ficar ou pôr-se de pé
to steal	stole	roubar, furtar
to swim	swam	nadar
to swing	swung	balançar
to take	took	tomar, pegar, levar
to teach	taught	ensinar
to tear	tore	chorar, lacrimejar; rasgar, rachar
to tell	told	dizer, contar
to think	thought	pensar, achar
to thrive	throve	ter sucesso
to throw	threw	lançar, atirar
to thrust	thrust	empurrar
to tread	trod	pisar, andar, pôr os pés

to understand	understood	entender, compreender
to wake	woke	acordar
to wear	wore	vestir, usar, trajar
to weave	wove	tecer, trançar
to weep	wept	chorar
to wet	wet	molhar, umedecer

Em frases negativas no pretérito, usa-se o verbo auxiliar DID + not ou sua forma contraída, *didn't*, comumente usada informalmente, e o verbo que vem a seguir, retorna para seu estado “presente”, pois o auxiliar já o coloca no tempo passado.

- *She **did not** understand it / She **didn't** understand it.*

(Ela não o entendeu)

- *They **did not** expect him at 10. / They **didn't** expect him at 10.*

(Eles não o esperavam às 10)

Em frases interrogativas no pretérito, usa-se o verbo auxiliar DID no início da frase, antes mesmo do sujeito, e o verbo que vem a seguir, retorna para seu estado “presente”, pois o auxiliar já o coloca no tempo passado.

- ***Did** you correct the exercise? (Você corrigiu o exercício?)*

• ***Why did** he leave the party so soon? (Por quê ele deixou a festa tão cedo?)*

- ***Did** the kids like the candy? (As crianças gostaram do doce?)*

Verb to be

Um dos tópicos mais importantes do idioma é o verbo ser e estar, o mesmo verbo na língua inglesa, o TO BE. Para expressar sentimentos em inglês é necessário ter conhecimento de diferentes tempos verbais e do vocabulário adequado. Leia as seguintes frases. No tempo verbal presente e passado do *to be*, há conjugações específicas para cada sujeito. Confira a conjugação de acordo com cada sujeito.

PRESENTE SIMPLES	PRETÉRITO SIMPLES
I am (Eu sou/estou)	I was (Eu era/estava)
You are (Você é/está)	You were (Você era/estava)
He is (Ele é/está)	He was (Ele era/estava)
She is (Ela é/está)	She was (Ela era/estava)
It is (Ele/Ela é/está)	It was (Ele/Ela era/estava)
We are (Nós somos/estamos)	We were (Nós éramos/estávamos)
You are (Vocês são/estão)	You were (Vocês eram/estavam)
They are (Eles são/ estão)	They were (Eles eram/estavam)

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL, FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA

O planejamento governamental está ligado à receita e despesas do governo. Contudo, a complexidade de levantamento das prioridades, de ajustamento das leis, de políticas públicas, torna o planejamento uma atividade bastante dinâmica e múltipla.

O planejamento governamental formal no Brasil vem de uma história recente, que, segundo as referências bibliográficas, teve seu início na década de 30. Os objetivos, as motivações e também os resultados que cada governo

apresentou para a sociedade brasileira em cada tempo histórico apresentam como o planejamento, ao longo dos anos, foi se transformando.

Os principais momentos de planejamento governamental formal no Brasil ano plano governo legislação principais características

1939 - Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa - Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945): O Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa, também conhecido como Plano Especial, é considerado o primeiro plano formal governamental, porque foi a primeira tentativa de alocar recursos para fins específicos. Teve como principais objetivos “promover a criação de indústrias chamadas básicas, como a siderurgia e outras, a execução de obras públicas, bem como prover a defesa nacional dos elementos necessários à ordem e à segurança do país” (BRASIL, 1939). A preocupação com a defesa nacional se deu em virtude da Segunda Guerra Mundial.

Não chegou a ser um planejamento governamental propriamente dito, mas pode ser considerado o primeiro plano formal.

1943 - Plano de Obras e Equipamentos - Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945): Passou a vigorar no período de 1944 a 1948, e tinha como principal objetivo a realização de obras públicas de caráter civil e incentivar as indústrias de base. A sua execução foi suspensa em 1946, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Tinha as mesmas características do Plano Especial, que era continuar com as obras públicas, investimento no setor de transportes, em especial ao transporte ferroviário. Teve também, como objetivo a inclusão do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, um órgão técnico para auxiliar na organização dos serviços públicos.]

1950 - Plano SALTE - Eurico Gaspar Dutra (1946-1951): O Plano SALTE foi elaborado em 1947 e enviado ao Congresso em 1948, entretanto, foi somente aprovado em maio de 1950. O SALTE esteve sob a coordenação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, que ressaltou que os problemas setoriais do Brasil mereciam maior atenção e plano de ação. O Plano SALTE foi instituído pela Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950.

1951 - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos - Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954): Constituiu-se de ajuda técnica para defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento econômico aos países subdesenvolvidos. “Criada oficialmente em 19 de julho de 1951 e encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953. Era parte do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina conhecido como Ponto IV, tornado público em 1949” (FGV, 2015). O principal objetivo dessa comissão era estruturar uma base técnica para o desenvolvimento, principalmente dos setores de energia e transporte.

1956 - Plano de Metas - Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961): Teve como base o relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Seu principal objetivo estava relacionado à questão de infraestrutura. O governo JK ficou conhecido como o governo desenvolvimentista sob o slogan “50 anos em 5”. O Plano de Metas abrangia 30 metas entre quatro setores principais: energia, transporte, alimentação e indústria de base. O governo JK incentivou o desenvolvimento da economia brasileira, que, conforme Nascimento (2014, p. 22), baseava-se em três orientações:

1. Aumento da intervenção do governo na economia.
2. Incentivo aos empresários nacionais para ampliação e abertura de novas indústrias.
3. Incentivo aos empresários estrangeiros para instalação de empreendimentos no país

1962 - Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social - João Belchior Marques Goulart (1961-1964): O plano tinha basicamente caráter nacionalista e como foco reformas nas áreas administrativa, fiscal, bancária, agrária e estabelecer novo prazo da dívida externa. E para o controle da inflação o Plano apresentava as seguintes metas (NASCIMENTO, 2014, p. 23):

- Redução do gasto público programado.
- Captação de recursos do setor privado no mercado de capitais.
- Política fiscal com aumentos progressivos na carga tributária.

1964 - Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG - Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967): Foi elaborado pelo ministro Roberto Campos e tinha como principais objetivos:

- Combater a inflação.
- Aumentar os investimentos estatais (principalmente em infraestrutura).
- Diminuir as desigualdades regionais.
- Atrair investimentos externos.

Teve como principal característica a reforma econômica e a expansão do setor estatal, com empresas públicas e sociedades de economia mista. Foram criados o Banco Central do Brasil e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

No ano de 1964 foi criado o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que tinha a responsabilidade de ‘pensar o Brasil’ e assessorar o governo brasileiro.

1967 - Plano Decenal - Artur da Costa e Silva (1967-1969): O Plano Decenal foi elaborado pelo IPEA, constituía-se de um modelo para o desenvolvimento macroeconômico e com programação para os investimentos.

Considerado o primeiro plano governamental em longo prazo, entretanto, não chegou a ser colocado em execução. O ano de 1967 se destaca pelo Decreto-Lei nº 200, um marco para a Administração Pública do Brasil.

1968 - Plano Estratégico de Desenvolvimento - Artur da Costa e Silva (1969-1974): Elaborado pelo ministro Hélio Beltrão. Sua principal característica era desintegrar o plano decenal em médio prazo. Tinha como objetivo o desenvolvimento com política econômica e setorial. Foi um plano que incentivou a exportação e pode ter sido considerado de sucesso devido ao crescimento econômico (PALUDO; PROCOPIUCK, 2014). No entanto, não houve avanço na área social.

1970 - Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo - Emílio Garrastazu Médici (1969-1974): Tinha como principal objetivo introduzir o Brasil ao mundo do desenvolvimento. E teve como principais objetivos quatro áreas prioritárias, assim divididas:

1. Educação, saúde e saneamento.
2. Agricultura e abastecimento.
3. Desenvolvimento científico e tecnológico.
4. Fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.

Segundo Paludo e Procopiuck (2014), alguns autores não consideram o programa como um plano governamental, apenas como intenções do governo, entretanto, suas diretrizes serviram de base ao primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.

1972 – Plano Nacional de Desenvolvimento – Primeiro PND - Emílio Garrastazu Médici (1969-1974): Elaborado pelo ministro Reis Velloso. O PND marcou a fase do chamado ‘milagre brasileiro’ ou ‘milagre econômico’, que consistia em grandes projetos de integração nacional, tais como: a ponte Rio-Niterói, rodovia Transamazônica, hidrelétrica de Três Marias e a usina de Angra I. E também pelo exponencial crescimento econômico no país. O sucesso do plano se deu pela economia global, pela metodologia adotada e pela separação do planejamento da execução, segundo Paludo e Procopiuck (2014).

1975 - Plano Nacional de Desenvolvimento – Segundo PND - Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979): Teve como principal prioridade as indústrias de base, bens de capital e insumos básicos com autonomia. O plano tinha o Brasil como grande potência emergente e direcionou seus recursos para a pesquisa de petróleo, programa nuclear, programa do álcool e a construção de hidrelétricas, com destaque para Itaipu. Em 1979, com a crise do petróleo, o desempenho do Brasil é abalado e o país passa por um período de grande inflação.

1979 - Plano Nacional de Desenvolvimento – Terceiro PND - João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985): Teve vários objetivos ligados à agricultura, energia, área social e indústria. Todavia, dada a crise econômica internacional, a crise do petróleo, a elevação dos juros no mercado internacional e pelo desgaste político do regime militar, o plano malogrou. O plano não conseguiu atingir seus objetivos e se concentrou em ações de curto prazo, a fim de combater a crise e os altos índices inflacionários. O terceiro PND foi marcado pela sua interrupção e pelo encerramento de planejamento econômico ligado ao desenvolvimento nacional.

1986 – Plano da Nova República - José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1985-1990): Tinha como principais objetivos combater a pobreza e o crescimento econômico. Entretanto, devido à estagnação da economia, o plano fracassou. No governo José Sarney foram lançados o Plano Cruzado e o Plano Cruzado II, conhecidos como o Plano Bresser e o Plano Verão, respectivamente, como forma de combater a inflação. Contudo, nem um e nem o outro obtiveram sucesso.

As principais medidas adotadas no Plano Cruzado foram:

- Reforma monetária.
- Congelamento de preços.
- Reajuste salarial com base no aumento inflacionário.
- Criação do seguro-desemprego.

Já o Plano Cruzado II apresentou como principais medidas:

- Aumento das tarifas de serviços públicos.
- Liberação dos preços dos produtos e serviços.
- Aumento de impostos.
- Reajuste dos aluguéis (negociação entre proprietários e inquilinos).
- Alteração do cálculo da inflação.

1988 – A Constituição Democrática - José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1985-1990): Conhecida como a Constituição Democrática ou Constituição Cidadã, estabelece maior abertura de participação, defesa dos direitos básicos, organização administrativa e financeira. A Constituição rompeu de vez com o regime militar e a ditadura até então instituída no país, criando uma nova ordem jurídico-política.

1990-1991 – Plano Collor I e Plano Collor II - Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992): Tinham como objetivo a estabilização econômica, que era o principal problema brasileiro. Os dois planos fracassaram e tornaram-se um choque drástico econômico para a sociedade brasileira, em virtude das medidas tomadas: confisco das aplicações financeiras e liberação cambial. Embora os planos tenham fracassado no que se referiu à abertura cambial, esta tornou-se tempos depois em uma vantagem, principalmente em relação à captação de recursos.

1994 – Plano Real - Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995): Foi um plano de bastante sucesso, em função do controle da inflação e da estabilização da economia. O Brasil vinha fazendo várias tentativas de troca de moeda, a fim de combater a inflação e crescer economicamente. O Plano Real deu fim às tentativas fracassadas das moedas anteriores e estabeleceu uma nova fase no Brasil até a atualidade.

O programa de estabilização econômica foi realizado em três etapas:

1. Programa de Ação Imediata, também conhecido como PAI, para efetuar o equilíbrio das contas do governo (através de cortes de gastos públicos, recuperação da receita, corte de repasses aos estados e municípios, intervenção do Banco Central nos bancos estaduais e privatizações).

2. Criação da Unidade Real de Valor (conversão dos salários e benefícios previdenciários e também promovendo a neutralidade distributiva).

3. Implementação da nova moeda: Real.

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

— Introdução

Políticas públicas são um conjunto de ações, decisões e programas desenvolvidos pelo governo ou por outras instituições com o objetivo de resolver problemas específicos da sociedade, promover o bem-estar social e garantir o funcionamento adequado do Estado. Elas abrangem diversas áreas, como saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outras, e são essenciais para o desenvolvimento sustentável de uma nação.

Por outro lado, instituições podem ser compreendidas como organizações, normas e práticas estabelecidas que estruturam a sociedade e orientam o comportamento dos indivíduos e grupos. Elas incluem não apenas as instituições formais, como os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mas também as informais, como os costumes, valores e organizações da sociedade civil. As instituições desempenham um papel fundamental na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, garantindo que essas políticas sejam efetivas e respondam às necessidades da população.

No contexto das políticas públicas, as instituições atuam como agentes mediadores, que conectam as demandas sociais ao processo decisório do governo. Elas são responsáveis por definir agendas, formular estratégias, alocar recursos e monitorar a execução das políticas. Além disso, as instituições influenciam diretamente a eficácia e a legitimidade das políticas públicas, uma vez que a sua estrutura e funcionamento podem facilitar ou dificultar a implementação de determinadas medidas.

— A Formulação das Políticas Públicas

A formulação das políticas públicas é uma das fases mais críticas do ciclo de políticas públicas. Nesse estágio, são definidas as prioridades, os objetivos e as estratégias que guiarão a ação governamental. As instituições desempenham um papel central nesse processo, atuando como arenas onde as demandas sociais são transformadas em políticas concretas.

O sucesso ou fracasso de uma política pública muitas vezes é determinado por como ela é formulada, o que destaca a importância das instituições envolvidas.

Participação das Instituições na Definição de Agendas e Prioridades

O primeiro passo na formulação das políticas públicas é a definição da agenda, que envolve a identificação e priorização dos problemas que serão abordados pelo governo. As instituições, especialmente aquelas do poder Legislativo e Executivo, têm um papel determinante nesse processo.

No Legislativo, por exemplo, a proposição de projetos de lei pode ser uma forma de inserir questões específicas na agenda pública. No Executivo, os ministérios e secretarias responsáveis por diferentes áreas, como saúde e educação, influenciam diretamente quais temas serão priorizados.

Além disso, outras instituições, como os partidos políticos, exercem influência na formulação das políticas ao promoverem suas plataformas e agendas. Os partidos funcionam como mediadores entre a sociedade e o Estado, articulando interesses e demandas sociais que, por meio de processos legislativos e administrativos, podem se converter em políticas públicas.

Papel das Instituições Legislativas, Executivas e Judiciárias

As instituições legislativas, como o Congresso Nacional no Brasil, são responsáveis por elaborar, discutir e aprovar leis que podem se transformar em políticas públicas. Nesse contexto, os parlamentares representam diferentes segmentos da sociedade e atuam como porta-vozes de interesses diversos, o que pode resultar em debates intensos e negociações para a formulação de políticas que atendam a um amplo espectro de necessidades sociais.

O poder Executivo, por sua vez, tem a responsabilidade de propor, planejar e implementar as políticas públicas. Governos em nível federal, estadual e municipal, através de seus órgãos administrativos, elaboram planos de ação detalhados e definem como os recursos serão alocados para atender às necessidades da população. O Presidente, governadores e prefeitos, com suas equipes de ministros e secretários, têm um papel chave na formulação de políticas que refletem as prioridades de suas administrações.

O poder Judiciário, embora não esteja diretamente envolvido na formulação de políticas, desempenha um papel importante ao garantir que as políticas formuladas estejam em conformidade com a Constituição e outras normas jurídicas. Em algumas situações, o Judiciário pode influenciar a agenda pública ao interpretar a legislação de maneira que impacte a formulação de novas políticas.

Importância dos Grupos de Interesse e da Sociedade Civil

Além das instituições formais, os grupos de interesse e a sociedade civil também desempenham papéis cruciais na formulação das políticas públicas. Organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, associações de classe e movimentos sociais são exemplos de atores que influenciam o processo de formulação de políticas, seja através de advocacy, lobby ou mobilizações públicas.

Esses grupos muitas vezes trazem à tona questões que podem não estar inicialmente na agenda do governo, pressionando as instituições públicas a considerarem novas prioridades ou a modificarem políticas em discussão. A participação ativa da sociedade civil é essencial para garantir que as políticas públicas sejam mais inclusivas e representem de fato as necessidades da população.

Desafios na Formulação das Políticas Públicas

A formulação de políticas públicas não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é o conflito de interesses entre diferentes grupos e instituições, que pode dificultar a construção de consensos. Além disso, a falta de dados e evidências robustas para fundamentar decisões pode levar à formulação de políticas que não respondam adequadamente aos problemas que se propõem a resolver.

Outro desafio é a capacidade institucional, que se refere à competência técnica e administrativa das instituições responsáveis pela formulação das políticas. Instituições com pouca capacidade podem ter dificuldades em planejar e desenhar políticas eficazes, o que compromete todo o ciclo de implementação e avaliação.

Por fim, a influência de fatores externos, como mudanças econômicas e políticas, pode alterar o rumo da formulação das políticas, obrigando as instituições a adaptarem suas estratégias para lidar com novos contextos.

Concluindo, a formulação das políticas públicas é um processo complexo e dinâmico, no qual as instituições desempenham um papel fundamental. A interação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, juntamente com a participação da sociedade civil e dos grupos de interesse, molda as políticas que, em última instância, afetam a vida da população.

O sucesso desse processo depende da habilidade das instituições em articular diferentes interesses e em criar políticas que sejam ao mesmo tempo eficazes e legítimas.

— Implementação das Políticas Públicas

A implementação das políticas públicas é a fase em que as decisões tomadas na fase de formulação são transformadas em ações concretas. Neste estágio, as instituições públicas desempenham um papel crucial para garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz.

No entanto, a implementação é frequentemente onde surgem os maiores desafios, pois envolve a coordenação de múltiplos atores, a mobilização de recursos e a superação de obstáculos práticos e burocráticos.

Como as Instituições Garantem a Execução das Políticas

Uma vez que as políticas públicas são formuladas, cabe às instituições do poder Executivo, como ministérios, secretarias e agências reguladoras, a responsabilidade de colocá-las em prática. Esse processo envolve várias etapas, incluindo a elaboração de planos detalhados, a alocação de recursos financeiros e humanos, e a coordenação de atividades entre diferentes níveis de governo e setores da administração pública.

As instituições administrativas têm o papel de transformar as diretrizes políticas em programas e serviços que possam ser oferecidos à população. Isso exige uma infraestrutura robusta, com sistemas de gestão bem estabelecidos, que garantam a execução das atividades de forma eficiente. Por exemplo, em uma política de saúde pública, o Ministério da Saúde deve coordenar ações com secretarias estaduais e municipais para garantir que os serviços cheguem efetivamente aos cidadãos.

Além disso, a implementação bem-sucedida de políticas públicas depende da clareza nas atribuições e responsabilidades de cada instituição envolvida. A falta de definição clara de papéis pode levar à sobreposição de funções ou, inversamente, a lacunas na execução, o que pode comprometer a eficácia da política.

Desafios Enfrentados na Implementação: Burocracia e Coordenação Interinstitucional

Um dos principais desafios na implementação das políticas públicas é a burocracia, que pode ser tanto um facilitador quanto um obstáculo. Por um lado, a burocracia é necessária para garantir que as políticas sejam implementadas de acordo com as normas e procedimentos legais, assegurando transparência e prestação de

contas. Por outro lado, processos burocráticos excessivamente rígidos podem retardar a execução das políticas, criando barreiras que dificultam a entrega dos serviços à população.

Outro desafio significativo é a coordenação interinstitucional. A implementação de políticas públicas muitas vezes requer a colaboração de diferentes instituições e níveis de governo, como federal, estadual e municipal. A falta de coordenação entre esses atores pode resultar em ineficiências, desperdício de recursos e, em alguns casos, na não execução das políticas. Por exemplo, em políticas de infraestrutura, a falta de alinhamento entre os diferentes níveis de governo pode atrasar obras essenciais.

Além disso, a coordenação entre setores distintos, como saúde, educação e segurança, é crucial para políticas públicas que demandam uma abordagem integrada. A ausência de um planejamento coordenado pode resultar em políticas fragmentadas, onde as ações de um setor não complementam as de outro, reduzindo a eficácia geral das intervenções.

Exemplos de Políticas Bem-sucedidas e Fracassadas

A implementação das políticas públicas oferece exemplos tanto de sucesso quanto de fracasso, ilustrando como a gestão institucional pode influenciar os resultados.

Exemplos de sucesso:

- **Bolsa Família:** O programa Bolsa Família, implementado no Brasil, é um exemplo de política pública bem-sucedida. Sua implementação foi possível graças a uma coordenação eficaz entre diferentes níveis de governo e a um sistema administrativo robusto que permitiu o cadastro e a distribuição de benefícios a milhões de famílias de baixa renda.

- **Campanhas de vacinação:** As campanhas de vacinação em massa, como a do COVID-19, são outro exemplo de sucesso, onde a integração entre o Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais, e a mobilização de recursos logísticos resultaram em uma ampla cobertura vacinal.

Exemplos de fracasso:

- **Minha Casa, Minha Vida:** Embora tenha sido um programa ambicioso para a construção de moradias populares, o Minha Casa, Minha Vida enfrentou vários desafios na implementação, como atrasos nas obras e problemas de qualidade nas construções. A falta de coordenação e controle rigoroso levou a resultados abaixo do esperado em algumas regiões.

- **Transposição do Rio São Francisco:** Este projeto, voltado para a segurança hídrica no Nordeste do Brasil, enfrentou vários problemas de implementação, como atrasos, aumento de custos e dificuldades na coordenação entre órgãos federais e estaduais, resultando em uma entrega parcial dos benefícios prometidos.

A Importância da Capacidade Institucional

A capacidade institucional é um fator decisivo para a implementação bem-sucedida das políticas públicas. Isso envolve não apenas a disponibilidade de recursos, mas também a competência técnica, a eficiência administrativa e a capacidade de adaptação das instituições às mudanças e desafios que surgem ao longo do processo.

Instituições com alta capacidade institucional são mais propensas a superar obstáculos e a entregar resultados positivos, enquanto aquelas com capacidade limitada podem falhar em atingir os objetivos das políticas públicas.

2. PAPEL DO BNDES NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

HISTÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL E O PAPEL DO BNDES NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

A história política e econômica do Brasil é caracterizada por um longo processo de transformações e adaptações às diversas fases que o país atravessou, desde a colonização até o cenário atual. Cada período trouxe consigo desafios e oportunidades que moldaram a estrutura econômica e política da nação.

Dentro desse contexto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha um papel central, atuando como um catalisador do desenvolvimento econômico e social. Criado em 1952, o BNDES tem sido uma peça fundamental nas estratégias de crescimento econômico do país, financiando projetos de infraestrutura, apoiando a industrialização e promovendo o desenvolvimento sustentável.

— Desenvolvimento Econômico e Político do Brasil: Uma Visão Geral

A trajetória econômica e política do Brasil é marcada por ciclos de transformações que refletem a complexidade do desenvolvimento nacional. Cada período histórico contribuiu de maneira distinta para a configuração atual do país, sendo influenciado por contextos internos e externos, assim como por mudanças nas estruturas de poder e nas políticas econômicas adotadas.

Período Colonial e o Modelo Econômico Extrativista

Durante o período colonial, de 1500 a 1822, a economia brasileira foi estruturada em torno do modelo extrativista e exportador, baseado principalmente na exploração de recursos naturais como o pau-brasil, o açúcar, o ouro e, posteriormente, o café. A economia colonial estava fortemente vinculada às necessidades do mercado europeu, com o Brasil atuando como fornecedor de produtos primários, enquanto a metrópole portuguesa controlava o comércio e lucrava com os impostos sobre as exportações.

O sistema econômico colonial foi sustentado pela mão de obra escrava, inicialmente indígena e depois africana, o que influenciou profundamente as estruturas sociais e econômicas do país. Esse modelo gerou uma economia concentrada e dependente, que pouco incentivou o desenvolvimento interno e a diversificação da produção.

O Império e a Transição para uma Economia Agrária Exportadora

Com a independência em 1822, o Brasil iniciou sua transição de colônia para uma nação independente, porém as bases econômicas permaneceram ligadas à exportação de produtos primários, especialmente o café, que se tornou o principal produto da economia brasileira no século XIX. Durante o Império, o Brasil manteve uma estrutura agrária, com grande concentração de terras e poder nas mãos dos cafeicultores.

O sistema político do período imperial foi caracterizado por um Estado centralizado e um regime monárquico que buscava manter a unidade territorial e a estabilidade política. No entanto, o sistema enfrentava desafios, como a pressão por modernização econômica e a necessidade de integrar novas áreas do país ao mercado mundial. A abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 marcaram o fim de um ciclo e o início de mudanças mais profundas.

A República Velha e a Industrialização

A Primeira República, também conhecida como República Velha (1889-1930), foi marcada pela continuidade da economia agrária-exportadora e pelo predomínio das oligarquias regionais, especialmente os grandes cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais, que controlavam a política nacional através da política do “café com leite”. Nesse período, houve algumas tentativas de diversificação econômica, mas a industrialização ainda era incipiente e concentrada em poucos setores, como o têxtil.

A crise do café, provocada pela Grande Depressão de 1929, e a Revolução de 1930 foram marcos decisivos que levaram à ascensão de Getúlio Vargas ao poder, abrindo caminho para um novo modelo de desenvolvimento econômico.

A Era Vargas e o Início da Industrialização

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) marcou um ponto de inflexão na economia brasileira, com o Estado assumindo um papel mais ativo na promoção do desenvolvimento. Vargas implementou políticas de substituição de importações, incentivando a industrialização e a diversificação da economia. Foram criadas instituições que desempenhariam papéis estratégicos na modernização do país, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Petrobras, além da fundação do próprio BNDES, em 1952.

Vargas também promoveu reformas trabalhistas e sociais, consolidando um pacto entre o Estado e a classe trabalhadora, o que permitiu a manutenção da ordem social e a implementação de uma política de desenvolvimento mais integrada. A Segunda Guerra Mundial acelerou o processo de industrialização, com o Brasil buscando reduzir sua dependência de produtos importados e fortalecer sua capacidade produtiva interna.

O Desenvolvimentismo e a Consolidação Industrial

Nos anos 1950, o governo de Juscelino Kubitschek adotou uma política de desenvolvimentismo, caracterizada pelo Plano de Metas, que visava impulsionar a modernização do país em 50 anos em apenas cinco. A construção de Brasília e os investimentos em infraestrutura, energia e transporte foram parte desse esforço, que contou com o apoio do BNDES para financiar projetos industriais e de infraestrutura.

Esse período consolidou a base industrial brasileira, com a atração de investimentos estrangeiros e a criação de uma indústria automobilística, siderúrgica e de bens de consumo. Contudo, o mo-

delo de crescimento acelerado também gerou desequilíbrios, como o aumento da dívida externa e a inflação, que se tornaram desafios nas décadas seguintes.

Ao longo dos séculos, o Brasil passou por diferentes fases de desenvolvimento econômico e político, cada uma influenciada por contextos históricos específicos e pelas políticas adotadas em resposta às necessidades e desafios da época.

Essa trajetória permitiu ao país construir uma base industrial e econômica que, apesar dos obstáculos e crises, possibilitou avanços significativos. A fundação do BNDES e seu papel na promoção do desenvolvimento são parte integral dessa história, refletindo a busca contínua por crescimento e modernização.

— O Papel do BNDES na Consolidação do Desenvolvimento Econômico

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem sido um dos principais motores do desenvolvimento econômico no Brasil desde a sua criação em 1952. Com o objetivo inicial de financiar a industrialização e a modernização da infraestrutura, o BNDES evoluiu ao longo das décadas, adaptando-se às mudanças no cenário econômico e político do país.

A atuação do BNDES foi crucial para a consolidação de uma economia mais diversificada e para a implementação de políticas de desenvolvimento que tiveram impactos significativos em vários setores estratégicos.

Fundação e Missão Inicial

O BNDES foi fundado durante o segundo governo de Getúlio Vargas, em um contexto de pós-guerra em que o Brasil buscava acelerar seu processo de industrialização. A criação do banco ocorreu em um período em que o governo brasileiro reconhecia a necessidade de estruturar uma economia que não dependesse exclusivamente da exportação de produtos primários. Dessa forma, o BNDES foi estabelecido como uma instituição financeira pública com a missão de promover o crescimento econômico por meio do financiamento de projetos que contribuíssem para a modernização do parque industrial e da infraestrutura do país.

A missão inicial do BNDES incluía o financiamento de grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, rodovias e ferrovias, que eram essenciais para sustentar o crescimento industrial do Brasil. O banco também desempenhou um papel fundamental na criação de indústrias de base, como siderurgia, petroquímica e energia, que são setores estratégicos para o desenvolvimento de uma economia autossuficiente e competitiva.

Anos 1960 e 1970: O Milagre Econômico

Durante as décadas de 1960 e 1970, o BNDES foi um dos principais agentes do chamado “Milagre Econômico”, um período de crescimento acelerado da economia brasileira. Nessa época, o governo militar adotou políticas de forte intervenção estatal na economia, e o BNDES foi uma peça central nessa estratégia. O banco financiou grandes obras de infraestrutura, como a construção de rodovias, portos e hidrelétricas, e apoiou a expansão da indústria de base, que fornecia os insumos necessários para outros setores da economia.

Um dos projetos emblemáticos desse período foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo na época de sua inauguração, que contou com significativo apoio financeiro do BN-

DES. Outro exemplo foi a construção da Transamazônica, uma rodovia ambiciosa que, apesar de suas controvérsias, exemplifica o tipo de projetos de grande escala financiados pelo banco.

Esses investimentos foram fundamentais para transformar o Brasil em uma das economias emergentes mais promissoras da época. No entanto, o modelo de crescimento acelerado também criou desafios, como o aumento da dívida externa e a concentração de renda, questões que exigiram novas abordagens nas décadas seguintes.

Anos 1980 e 1990: Crise e Reestruturação

A década de 1980 foi marcada por uma crise econômica severa, conhecida como a “década perdida”, em que o Brasil enfrentou altos índices de inflação, estagnação econômica e uma crise da dívida externa. Nesse contexto, o papel do BNDES precisou ser adaptado. O banco passou a focar na modernização das empresas, na reestruturação de setores industriais e na promoção da competitividade da economia brasileira.

Nos anos 1990, com a abertura econômica e as reformas neoliberais promovidas pelo governo, o BNDES teve um papel crucial na privatização de empresas estatais. O banco atuou como intermediário na venda de empresas públicas para o setor privado, além de fornecer financiamento para a aquisição dessas companhias por investidores nacionais e estrangeiros. Esse processo de privatização, embora controverso, foi fundamental para a reestruturação de diversos setores, como telecomunicações, energia e siderurgia.

Século XXI: Foco em Desenvolvimento Social e Sustentável

No início do século XXI, o BNDES ampliou seu escopo de atuação, incorporando uma agenda de desenvolvimento social e sustentável. A instituição passou a financiar projetos em áreas como saúde, educação, saneamento e habitação, buscando promover o desenvolvimento inclusivo e reduzir as desigualdades regionais e sociais no Brasil.

Além disso, o BNDES começou a apoiar projetos de inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental, financiando empresas que investiam em energias renováveis e em tecnologias limpas. O banco também passou a dar maior ênfase ao apoio a pequenas e médias empresas, reconhecendo a importância dessas organizações para a geração de empregos e o desenvolvimento local.

No entanto, a atuação do BNDES nesse período também gerou controvérsias, especialmente em relação ao financiamento de grandes grupos empresariais e projetos internacionais, como obras de infraestrutura em outros países da América Latina e África. Essas operações levantaram críticas sobre a transparência e os critérios utilizados pelo banco na alocação de seus recursos.

O Papel Contínuo do BNDES no Desenvolvimento

Apesar das críticas e desafios, o BNDES continua a ser um ator central no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A capacidade do banco de se adaptar às mudanças no cenário econômico e político ao longo de suas décadas de atuação é um testemunho de sua importância e resiliência.

Hoje, o BNDES enfrenta o desafio de equilibrar sua missão de promover o crescimento econômico com a necessidade de fomentar um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. À medida que o Brasil busca novos caminhos para o crescimento, especialmente em um contexto de globalização e mudanças climáticas, o papel do BNDES como financiador de longo prazo e promotor do desenvolvimento sustentável se torna ainda mais relevante.

O BNDES desempenhou um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento econômico do Brasil, financiando projetos que foram cruciais para a industrialização, a modernização da infraestrutura e o desenvolvimento social do país.

Sua atuação, ao longo de mais de sete décadas, reflete a evolução das prioridades econômicas e sociais do Brasil, e sua capacidade de se adaptar às novas realidades é um indicador de sua importância contínua no cenário nacional. À medida que o Brasil enfrenta novos desafios e oportunidades, o BNDES permanece como um instrumento vital para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país.

— O BNDES e o Desenvolvimento Social: Perspectivas e Desafios

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha um papel central no financiamento do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Originalmente focado na industrialização e infraestrutura, o BNDES expandiu seu escopo ao longo dos anos para incluir o desenvolvimento social como uma de suas prioridades.

Este enfoque inclui o apoio a áreas como saúde, educação, habitação e sustentabilidade ambiental, com o objetivo de promover um crescimento mais inclusivo e equilibrado. No entanto, essa missão vem acompanhada de desafios significativos, especialmente no que se refere à transparência, ao uso eficiente dos recursos e ao equilíbrio entre crescimento econômico e equidade social.

Expansão do Escopo: Do Econômico ao Social

O BNDES, ao longo de suas décadas de atuação, passou a reconhecer que o desenvolvimento econômico sustentável não poderia ser alcançado sem uma ênfase concomitante no desenvolvimento social. Nos anos 2000, essa visão se concretizou com a implementação de políticas e programas voltados para áreas que tradicionalmente não estavam no foco principal do banco, como projetos de saneamento básico, educação e saúde pública.

Esses investimentos visam corrigir disparidades regionais e sociais que ainda marcam a sociedade brasileira. Por exemplo, o BNDES passou a apoiar projetos de infraestrutura urbana em áreas menos desenvolvidas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e promover a integração econômica de regiões marginalizadas. Além disso, iniciativas de apoio a pequenas e médias empresas, especialmente em áreas de baixa renda, buscam fomentar o empreendedorismo local e a geração de empregos.

Financiamento de Projetos Sociais e Sustentáveis

O compromisso do BNDES com o desenvolvimento sustentável se refletiu em sua crescente atuação no financiamento de projetos que combinam desenvolvimento econômico com responsabilidade social e ambiental. O banco tem apoiado a transição para uma economia de baixo carbono, financiando projetos de energias renováveis, como energia eólica e solar, e promovendo a eficiência energética em diversas indústrias. Além disso, o BNDES tem atuado na preservação de biomas importantes, como a Amazônia, e no financiamento de projetos de reflorestamento e conservação ambiental.

Na esfera social, o BNDES também tem desempenhado um papel importante no financiamento de infraestrutura básica, como saneamento e habitação, áreas cruciais para a melhoria das condições de vida da população. Programas voltados para o desenvolvimento urbano, como a urbanização de favelas e a construção de moradias

populares, têm sido financiados pelo banco com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida nas periferias urbanas.

Desafios de Transparência e Eficiência

Apesar de suas conquistas, o BNDES enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à transparência e à eficiência na alocação de seus recursos. Um dos principais pontos de crítica refere-se ao financiamento de grandes grupos empresariais e projetos internacionais, que geraram questionamentos sobre os critérios adotados para a concessão de empréstimos e subsídios. Essas operações levantaram dúvidas sobre a equidade na distribuição dos recursos e sobre se o banco estava priorizando de fato o desenvolvimento social em detrimento de interesses corporativos.

Para enfrentar esses desafios, o BNDES tem buscado aprimorar suas práticas de governança e transparência. Nos últimos anos, o banco adotou medidas para aumentar a prestação de contas à sociedade, como a publicação de relatórios detalhados sobre suas operações e o fortalecimento dos mecanismos de controle interno. Além disso, o banco tem promovido o diálogo com a sociedade civil e outras partes interessadas, buscando alinhar suas ações às necessidades reais do desenvolvimento social do país.

Perspectivas Futuras e o Papel do BNDES

O futuro do BNDES está ligado à sua capacidade de continuar promovendo o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que responde às demandas sociais e ambientais emergentes. O Brasil enfrenta desafios complexos, como a necessidade de combater a pobreza, reduzir as desigualdades regionais, melhorar a qualidade da educação e da saúde, e enfrentar as mudanças climáticas. Nesse contexto, o BNDES tem um papel crucial a desempenhar.

Um dos caminhos apontados para o futuro do BNDES é o fortalecimento de sua atuação em áreas de inovação e tecnologia, apoiando a criação de um ecossistema de inovação que possa gerar novos empregos e oportunidades, especialmente em setores que têm potencial para transformar a economia brasileira, como a economia digital e as indústrias criativas.

Outro aspecto importante é a continuidade do apoio a projetos de infraestrutura que, além de promoverem o crescimento econômico, também contribuam para a redução das desigualdades sociais.

A promoção do desenvolvimento regional também continua a ser uma prioridade, com o BNDES desempenhando um papel estratégico no financiamento de projetos que possam integrar economicamente as regiões mais pobres do país, como o Nordeste e a Amazônia.

Ao apoiar iniciativas que fomentem a infraestrutura e o empreendedorismo local, o banco contribui para a criação de um ambiente mais equitativo e inclusivo.

— Conclusão

O BNDES é uma instituição que desempenha um papel multifacetado no desenvolvimento do Brasil. Desde sua fundação, evoluiu de uma instituição voltada principalmente para o financiamento da industrialização para um agente promotor do desenvolvimento social e sustentável.

Essa expansão de seu escopo de atuação reflete a complexidade das demandas do desenvolvimento nacional e a necessidade de um crescimento que seja ao mesmo tempo econômico, social e ambientalmente equilibrado.

Os desafios enfrentados pelo BNDES, especialmente em termos de transparência e eficiência, são significativos, mas a instituição tem demonstrado capacidade de adaptação e compromisso com a melhoria de suas práticas.

À medida que o Brasil continua a enfrentar desafios sociais e ambientais, o papel do BNDES como financiador de longo prazo e promotor de um desenvolvimento sustentável e inclusivo será ainda mais relevante para o futuro do país.

— Conclusão

A trajetória do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reflete a complexidade do desenvolvimento econômico e social do Brasil ao longo das últimas sete décadas. Desde sua criação em 1952, o BNDES desempenhou um papel vital na transformação do Brasil, apoiando a industrialização, financiando grandes projetos de infraestrutura e, mais recentemente, promovendo o desenvolvimento social e sustentável.

O BNDES foi fundamental em momentos cruciais da história brasileira, como durante o “Milagre Econômico” das décadas de 1960 e 1970, quando o banco ajudou a consolidar a infraestrutura e a base industrial do país. Nas décadas subsequentes, em meio a crises econômicas e mudanças nas políticas públicas, o BNDES soube adaptar-se, ampliando seu escopo de atuação para incluir não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o social, alinhando suas atividades às necessidades emergentes de uma sociedade em transformação.

No entanto, a ampliação de seu papel trouxe novos desafios, especialmente em termos de transparência, governança e eficiência. As críticas sobre o financiamento de grandes grupos empresariais e projetos internacionais mostraram a importância de manter um equilíbrio entre as prioridades econômicas e sociais, garantindo que os recursos do banco sejam usados de maneira justa e equitativa.

Olhando para o futuro, o BNDES continuará a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento do Brasil, especialmente em áreas como inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e promoção da inclusão social. A capacidade do banco de adaptar-se às novas realidades e desafios será essencial para assegurar que o Brasil possa enfrentar as demandas de um mundo cada vez mais globalizado e complexo, promovendo um crescimento que seja sustentável, inclusivo e equilibrado.

Em resumo, o BNDES não é apenas uma instituição financeira; é um motor de desenvolvimento que tem contribuído de forma significativa para a construção de um Brasil mais moderno e justo. O banco continuará sendo um instrumento vital para a promoção do desenvolvimento, ajudando a moldar o futuro do país em direção a um crescimento que beneficie todos os setores da sociedade.

O PAPEL HISTÓRICO DO BNDES NOS DIFERENTES PLANOS ECONÔMICOS E A QUESTÃO REGIONAL DO PAÍS

— Introdução

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma das instituições mais importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil, desempenhando um papel vital desde sua criação em 1952.

Fundado no contexto de uma economia predominantemente agrária e com grandes desafios de infraestrutura, o BNDES foi concebido para ser um agente de transformação estrutural do país. Desde então, o banco tem sido um dos principais instrumentos de financiamento de projetos de infraestrutura, industrialização e inovação, influenciando diretamente a trajetória econômica do Brasil.

Ao longo das décadas, o BNDES teve sua atuação moldada pelos diferentes planos econômicos adotados pelos governos brasileiros. Desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, passando pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) durante o regime militar, até os programas de estabilização econômica e privatizações das décadas de 1980 e 1990, a atuação do BNDES sempre refletiu as prioridades econômicas de cada período.

Além disso, o banco tem enfrentado o desafio constante de contribuir para a redução das disparidades regionais do país, que se manifestam de forma acentuada entre o Norte e Nordeste, comparados ao Sudeste e Sul.

— O Contexto de Criação do BNDES e os Primeiros Planos Econômicos

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1952 se deu em um momento crucial da história do Brasil, marcado por uma economia em transição. O país começava a sair de uma estrutura agrária e exportadora de produtos primários para um modelo de industrialização e urbanização. Nesse cenário, a necessidade de uma instituição que pudesse financiar grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento se tornou evidente.

O Contexto Histórico e Econômico do Brasil nos Anos 1950

Nos anos 1950, o Brasil enfrentava o desafio de modernizar sua economia, que até então era fortemente dependente da exportação de café e outros produtos agrícolas. A industrialização era vista como uma solução para alcançar o desenvolvimento econômico sustentável e reduzir a vulnerabilidade externa. O governo de Getúlio Vargas, que retornou ao poder em 1951, entendia que o Estado deveria desempenhar um papel central nesse processo de transformação.

Durante essa época, o país sofria com a falta de infraestrutura básica, como energia elétrica, transportes e saneamento. A limitação de recursos privados e a necessidade de altos investimentos em setores estratégicos levaram à criação do BNDES, inicialmente denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A instituição foi criada com a missão de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil, financiando projetos de longo prazo que impulsionassem a industrialização e a modernização da infraestrutura.

3. CLIMA, SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

— Introdução

O meio ambiente é a base da vida no planeta, abrangendo todos os recursos naturais e ecossistemas que sustentam a biodiversidade e garantem a sobrevivência das espécies, incluindo a humana. Compreender a importância do meio ambiente é fundamental para percebermos nossa dependência dele e a urgência em preservá-lo.

A sustentabilidade, por sua vez, é um conceito que ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente em resposta ao crescimento populacional, ao aumento da demanda por recursos naturais e ao impacto ambiental das atividades humanas. Sustentabilidade refere-se à capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprirem suas próprias necessidades. Isso implica em uma gestão consciente e equilibrada dos recursos naturais, com o objetivo de manter o equilíbrio dos ecossistemas e garantir a qualidade de vida a longo prazo.

O contexto atual é marcado por desafios ambientais significativos, como a mudança climática, a poluição, a degradação dos solos, a perda de biodiversidade e o esgotamento de recursos naturais. Esses desafios exigem uma reflexão profunda sobre nossos hábitos de consumo, nossos sistemas produtivos e as políticas públicas que orientam a relação entre o ser humano e o meio ambiente.

— A Relação entre o Meio Ambiente e a Sustentabilidade

A relação entre meio ambiente e sustentabilidade é intrínseca e fundamental para o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para entender essa relação, é necessário primeiro explorar os conceitos básicos de meio ambiente e sustentabilidade e como eles se interligam.

Conceitos Básicos: Meio Ambiente e Sustentabilidade

O meio ambiente pode ser definido como o conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos que envolvem os seres vivos, influenciando suas vidas e sendo por eles influenciados. Ele inclui tudo, desde o ar que respiramos, a água que bebemos, até os solos que cultivamos e as florestas que abrigam uma infinidade de espécies.

Sustentabilidade, por sua vez, é um conceito que vai além da simples preservação do meio ambiente. Ela envolve a harmonização entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a proteção ambiental, garantindo que os recursos naturais sejam usados de maneira a não comprometer o futuro das próximas gerações. Em outras palavras, sustentabilidade é sobre encontrar um equilíbrio que permita o progresso humano sem destruir os sistemas naturais dos quais dependemos.

Como a Sustentabilidade se Aplica ao Meio Ambiente

A sustentabilidade se aplica ao meio ambiente na medida em que promove a utilização responsável e consciente dos recursos naturais. Ela propõe um modelo de desenvolvimento em que as necessidades atuais são atendidas sem esgotar os recursos para o futuro. Isso significa adotar práticas que minimizem os impactos ambientais, como a redução do consumo de água e energia, a gestão adequada de resíduos e a promoção da reciclagem.

Além disso, a sustentabilidade incentiva o uso de fontes de energia renováveis, como solar e eólica, em substituição às fontes fósseis que contribuem para a emissão de gases de efeito estufa e a mudança climática. Também promove a conservação da biodiversidade e a restauração de ecossistemas degradados, que são essenciais para a manutenção dos ciclos naturais e para a resiliência ambiental.

Exemplos de Práticas Sustentáveis no Cotidiano

No cotidiano, a sustentabilidade se traduz em ações práticas que podem ser adotadas por todos. Exemplos incluem:

- **Consumo consciente:** Escolher produtos com menor impacto ambiental, preferir alimentos orgânicos e reduzir o desperdício de comida.

- **Uso eficiente da água e energia:** Instalar dispositivos economizadores, evitar desperdícios e optar por equipamentos com baixo consumo energético.

- **Mobilidade sustentável:** Preferir meios de transporte que emitam menos poluentes, como bicicletas, transporte público ou veículos elétricos.

- **Redução de resíduos:** Praticar a reciclagem, reutilizar materiais e compostar resíduos orgânicos.

- **Apoio a políticas públicas:** Incentivar e participar de iniciativas governamentais e comunitárias que promovam a sustentabilidade, como programas de coleta seletiva ou a proteção de áreas verdes.

Essas práticas, quando adotadas em larga escala, podem ter um impacto significativo na preservação do meio ambiente e na promoção de um desenvolvimento mais sustentável.

A Importância de Conectar Sustentabilidade e Meio Ambiente

A interdependência entre meio ambiente e sustentabilidade ressalta a necessidade de se pensar em soluções que integrem ambos os conceitos. Não é possível falar de desenvolvimento sustentável sem considerar a preservação dos recursos naturais, e, ao mesmo tempo, a proteção ambiental deve ser vista dentro de um contexto que permita o desenvolvimento social e econômico.

Conectar sustentabilidade ao meio ambiente significa adotar uma visão de longo prazo, onde cada ação tem consequências não apenas para o presente, mas também para o futuro. Essa conexão é essencial para garantir que as gerações futuras possam viver em um planeta saudável, com recursos suficientes para atender suas necessidades.

Portanto, é crucial que indivíduos, empresas e governos compreendam essa relação e atuem de maneira responsável, promovendo práticas que assegurem a conservação do meio ambiente enquanto permitem o desenvolvimento humano.

A sustentabilidade é, portanto, o caminho para equilibrar as demandas de crescimento econômico e social com a necessidade de preservar o meio ambiente. Ao integrar esses conceitos, criamos uma base sólida para um futuro mais justo e equilibrado, onde o progresso humano não vem à custa do planeta que chamamos de lar.

— Os Impactos das Atividades Humanas no Meio Ambiente

As atividades humanas têm deixado marcas profundas no meio ambiente, afetando a saúde dos ecossistemas e a biodiversidade. Com o avanço da industrialização, urbanização e crescimento populacional, o impacto dessas ações se tornou mais evidente, trazendo consequências que ameaçam a sustentabilidade do planeta.

Principais Atividades Humanas que Afetam o Meio Ambiente

O desenvolvimento humano, embora tenha trazido avanços significativos para a sociedade, tem causado danos consideráveis ao meio ambiente. Algumas das principais atividades que contribuem para esses impactos incluem:

- **Desmatamento:** A expansão da agricultura, pecuária e a extração de madeira têm levado ao desmatamento de florestas, resultando na perda de habitats naturais, na diminuição da biodiversidade e na liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera.

- **Poluição:** A poluição do ar, da água e do solo é uma das consequências mais visíveis das atividades industriais, do uso de combustíveis fósseis e do manejo inadequado de resíduos. Isso não só prejudica a saúde dos ecossistemas, mas também afeta diretamente a saúde humana.

- **Exploração de recursos naturais:** A extração excessiva de recursos naturais, como minérios, petróleo e água, compromete a regeneração desses recursos e altera os ecossistemas, causando erosão, perda de fertilidade do solo e esgotamento de fontes de água.

- **Urbanização:** O crescimento das cidades leva à conversão de áreas naturais em áreas urbanas, causando a fragmentação de habitats e aumentando a impermeabilização do solo, o que contribui para enchentes e desequilíbrios nos ciclos hidrológicos.

- **Agricultura Intensiva:** O uso de pesticidas, herbicidas e fertilizantes sintéticos na agricultura intensiva contribui para a poluição dos solos e corpos d'água, além de ameaçar a biodiversidade local.

Consequências das Atividades Humanas para os Ecossistemas e a Biodiversidade

As atividades humanas têm consequências devastadoras para os ecossistemas e a biodiversidade. Alguns dos impactos mais significativos incluem:

- **Perda de biodiversidade:** O desmatamento, a poluição e a fragmentação de habitats estão entre as principais causas da extinção de espécies. A perda de biodiversidade não afeta apenas a natureza, mas também os serviços ecossistêmicos dos quais os humanos dependem, como polinização, controle de pragas e regulação do clima.

- **Mudanças climáticas:** A queima de combustíveis fósseis e o desmatamento aumentam a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global e as mu-

danças climáticas. Isso resulta em fenômenos climáticos extremos, como secas, inundações e furacões, que têm impactos devastadores em comunidades e ecossistemas.

- **Degradação dos solos:** A agricultura intensiva e o manejo inadequado dos recursos naturais levam à degradação dos solos, reduzindo sua fertilidade e capacidade de sustentar plantas e outros organismos. Isso afeta diretamente a produção agrícola e a segurança alimentar.

- **Acidificação dos oceanos:** A absorção de dióxido de carbono pelos oceanos está causando sua acidificação, o que afeta diretamente a vida marinha, especialmente organismos calcários como corais e moluscos, ameaçando a biodiversidade marinha e os ecossistemas costeiros.

A Necessidade de Políticas Públicas para Mitigar Impactos Negativos

Diante dos impactos significativos das atividades humanas no meio ambiente, torna-se crucial a implementação de políticas públicas eficazes para mitigar esses efeitos. Essas políticas devem focar em diversas áreas, incluindo:

- **Regulamentação ambiental:** Estabelecer normas rigorosas para a proteção do meio ambiente, limitando a exploração de recursos naturais e controlando a poluição. Isso inclui o cumprimento de legislações ambientais e a aplicação de sanções para atividades ilegais, como o desmatamento e a pesca predatória.

- **Incentivos para práticas sustentáveis:** Governos podem criar incentivos econômicos para empresas e indivíduos que adotem práticas sustentáveis, como a utilização de energias renováveis, a gestão sustentável de resíduos e a produção agrícola orgânica.

- **Proteção de áreas naturais:** A criação e manutenção de áreas protegidas, como parques nacionais e reservas ecológicas, são essenciais para preservar habitats e espécies ameaçadas. Isso também envolve o combate ao desmatamento ilegal e a exploração predatória.

- **Educação e conscientização:** Campanhas de educação ambiental e programas de conscientização são fundamentais para mudar o comportamento das pessoas e promover uma cultura de sustentabilidade, incentivando a participação ativa na preservação do meio ambiente.

- **Adaptação e mitigação das mudanças climáticas:** Desenvolver políticas para a adaptação às mudanças climáticas, como infraestrutura resiliente e sistemas de alerta precoce, além de estratégias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Reflexão sobre a Necessidade de Ação Imediata

Os impactos das atividades humanas no meio ambiente são profundos e abrangentes, exigindo uma resposta urgente e coordenada. Sem ações imediatas e eficazes, as consequências podem se agravar, colocando em risco a saúde do planeta e das futuras gerações. A implementação de políticas públicas robustas, aliada a mudanças de comportamento em nível individual e coletivo, é essencial para reverter ou, pelo menos, mitigar os danos já causados e prevenir novos impactos.

Ao reconhecermos os danos que nossas atividades causam ao meio ambiente, também nos tornamos responsáveis por buscar soluções e promover um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável. Isso envolve não apenas uma mudança na forma como utilizamos os recursos naturais, mas também um compromisso con-

tínuo com a proteção dos ecossistemas e a preservação da biodiversidade, assegurando que o planeta permaneça habitável e saudável para todos os seus habitantes.

— Soluções Sustentáveis para a Preservação Ambiental

Diante dos impactos significativos das atividades humanas sobre o meio ambiente, torna-se essencial adotar soluções sustentáveis que possam mitigar os danos já causados e promover a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

Essas soluções abrangem uma ampla gama de práticas que podem ser implementadas por indivíduos, empresas e governos, com o objetivo de garantir um desenvolvimento econômico que respeite os limites ecológicos do planeta. Nesta seção, exploraremos algumas das principais práticas sustentáveis, tecnologias inovadoras e exemplos de projetos de sucesso ao redor do mundo.

Práticas Sustentáveis para Indivíduos, Empresas e Governos

Para enfrentar os desafios ambientais, é necessário que todos os setores da sociedade adotem práticas sustentáveis em suas rotinas. Algumas dessas práticas incluem:

Indivíduos:

- **Redução do consumo e desperdício:** Adotar hábitos de consumo consciente, evitando o desperdício de alimentos, água e energia. Isso inclui, por exemplo, optar por produtos com menor embalagem, utilizar lâmpadas de LED e eletrodomésticos eficientes, além de evitar o desperdício de água em atividades diárias.

- **Mobilidade sustentável:** Preferir o uso de transporte público, bicicletas ou veículos elétricos, reduzindo a emissão de gases poluentes e contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades.

- **Gestão de resíduos:** Praticar a reciclagem, separar os resíduos corretamente e reduzir a produção de lixo, além de aderir a práticas como a compostagem de resíduos orgânicos.

Empresas:

- **Produção limpa:** Implementar processos produtivos que minimizem o uso de recursos naturais e a geração de resíduos, adotando tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Isso inclui a utilização de matérias-primas recicladas ou renováveis e a redução de emissões de gases de efeito estufa.

- **Responsabilidade social e ambiental:** Incorporar a sustentabilidade como parte integrante da estratégia empresarial, adotando políticas de responsabilidade social e ambiental que garantam práticas justas com trabalhadores, comunidades e o meio ambiente.

- **Inovação em produtos e serviços:** Desenvolver produtos e serviços que atendam às necessidades dos consumidores sem comprometer o meio ambiente, como embalagens biodegradáveis, produtos com certificações ecológicas e soluções de energia renovável.

Governos:

- **Políticas públicas e regulamentações:** Criar e implementar políticas públicas que incentivem a adoção de práticas sustentáveis, como subsídios para energias renováveis, regulamentações mais rígidas para a emissão de poluentes e incentivos fiscais para empresas que investem em sustentabilidade.

- **Planejamento urbano sustentável:** Promover o desenvolvimento de cidades sustentáveis, com infraestrutura verde, transporte público eficiente e acessível, e espaços públicos que favoreçam a qualidade de vida dos moradores e a preservação do meio ambiente.

- **Proteção de áreas naturais:** Ampliar e fortalecer a proteção de áreas naturais, incluindo parques nacionais, reservas ecológicas e outras zonas de conservação, garantindo a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Tecnologias e Inovações que Contribuem para a Sustentabilidade

A tecnologia desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade, oferecendo soluções inovadoras para os desafios ambientais. Algumas dessas tecnologias incluem:

- **Energias renováveis:** O uso de energias limpas, como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa, tem crescido exponencialmente e se tornou uma alternativa viável aos combustíveis fósseis. Essas fontes de energia são sustentáveis, menos poluentes e contribuem para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

- **Tecnologias de economia circular:** A economia circular visa prolongar o ciclo de vida dos produtos por meio de práticas como a reciclagem, reutilização e reparo, reduzindo a extração de matérias-primas e o volume de resíduos gerados. Tecnologias que facilitam a reciclagem de materiais complexos ou que possibilitam a criação de novos produtos a partir de resíduos têm um papel importante nessa transição.

- **Agricultura sustentável:** Tecnologias como a agricultura de precisão, que utiliza sensores e dados para otimizar o uso de recursos, e o sistema agroflorestal, que integra árvores e culturas agrícolas, contribuem para a produção de alimentos de forma mais sustentável, preservando o solo e a biodiversidade.

- **Construção sustentável:** A adoção de técnicas e materiais que reduzem o impacto ambiental das construções, como o uso de tijolos ecológicos, telhados verdes e sistemas de captação e reuso de água, está revolucionando o setor da construção civil, promovendo edificações mais eficientes e sustentáveis.

Casos de Sucesso em Projetos Sustentáveis

Ao redor do mundo, diversos projetos têm se destacado por sua abordagem inovadora e sustentável. Alguns exemplos notáveis incluem:

- **Masdar City, Emirados Árabes Unidos:** Conhecida como a primeira cidade sustentável do mundo, Masdar City é projetada para ser livre de emissões de carbono e totalmente dependente de energias renováveis. A cidade utiliza tecnologias avançadas para otimizar o uso de energia, água e recursos, servindo como modelo para o desenvolvimento urbano sustentável.

- **Cidades inteligentes na Europa:** Cidades como Copenhague, Dinamarca, e Freiburg, Alemanha, estão liderando iniciativas de sustentabilidade urbana, com políticas que promovem a mobilidade sustentável, a eficiência energética e a inclusão de espaços verdes. Essas cidades estão investindo em soluções de energia renovável, transporte público elétrico e ciclovias integradas, além de projetos de construção sustentável e reciclagem.

• **Agrofloresta no Brasil:** No Brasil, o sistema agroflorestal tem se destacado como uma prática agrícola sustentável, integrando árvores e culturas agrícolas de forma que ambos se beneficiam. Esse método melhora a fertilidade do solo, aumenta a biodiversidade e oferece uma produção agrícola mais resiliente às mudanças climáticas.

• **Energias renováveis na China:** A China, apesar de ser um dos maiores emissores de CO₂, tem investido maciçamente em energias renováveis, com grandes projetos de energia solar e eólica. Um exemplo é a província de Qinghai, que conseguiu operar totalmente com energia renovável por semanas seguidas, demonstrando o potencial dessas fontes para substituir combustíveis fósseis.

A Importância da Ação Conjunta e Integrada

As soluções sustentáveis para a preservação ambiental não dependem apenas de tecnologias e inovações, mas também de uma ação conjunta e integrada entre governos, empresas e indivíduos. O sucesso dessas iniciativas exige colaboração, conscientização e uma mudança de paradigma na forma como nos relacionamos com o meio ambiente.

A sustentabilidade não é apenas uma responsabilidade das próximas gerações, mas uma necessidade urgente que deve ser tratada com seriedade no presente. Ao adotar práticas sustentáveis, investir em tecnologias inovadoras e aprender com projetos de sucesso, podemos construir um futuro em que o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental caminhem juntos, garantindo a qualidade de vida para todos os habitantes do planeta.

— Educação e Conscientização Ambiental

A educação e a conscientização ambiental são pilares fundamentais para a promoção de um desenvolvimento sustentável e para a preservação do meio ambiente. Sem uma população informada e engajada, as soluções tecnológicas e políticas públicas terão impacto limitado.

O Papel da Educação na Promoção da Sustentabilidade

A educação ambiental é essencial para formar cidadãos conscientes sobre os desafios ambientais e comprometidos com a preservação dos recursos naturais. Desde a infância, a educação deve incluir conteúdos que abordem o respeito ao meio ambiente, a importância da biodiversidade e os impactos das ações humanas sobre o planeta.

Objetivos da Educação Ambiental:

• **Desenvolvimento de consciência crítica:** Ensinar as pessoas a compreenderem as interconexões entre o ambiente natural e as atividades humanas, promovendo uma visão crítica sobre o consumo e o desperdício de recursos.

• **Capacitação para a ação:** Proporcionar conhecimentos e habilidades que permitam aos indivíduos tomar decisões sustentáveis e implementar práticas ambientais em suas vidas cotidianas.

• **Promoção de valores éticos:** Fomentar valores como a responsabilidade ambiental, a solidariedade intergeracional e o respeito à natureza, essenciais para a construção de uma sociedade sustentável.

Educação Formal e Não Formal:

A educação ambiental pode ser implementada tanto em ambientes formais, como escolas e universidades, quanto em contextos não formais, como programas comunitários, campanhas de sensibilização e iniciativas de organizações não-governamentais (ONGs).

• **Nas escolas:** A educação ambiental deve ser integrada ao currículo escolar, abordando temas como reciclagem, preservação dos ecossistemas, energias renováveis e mudanças climáticas. Projetos interdisciplinares que envolvam atividades práticas, como hortas escolares, visitas a áreas protegidas e participação em campanhas de limpeza, são eficazes para engajar os estudantes e promover um aprendizado significativo.

• **Na comunidade:** Iniciativas comunitárias, como oficinas de reciclagem, cursos de compostagem e campanhas de plantio de árvores, são maneiras eficazes de levar a educação ambiental para além das escolas, envolvendo a comunidade em práticas sustentáveis.

Iniciativas Educacionais e Campanhas de Conscientização

Várias iniciativas educacionais e campanhas de conscientização têm sido implementadas com sucesso em diferentes partes do mundo, mostrando o potencial da educação ambiental para promover mudanças comportamentais.

Exemplos de Iniciativas Bem-Sucedidas:

• **Programa de Escolas Sustentáveis:** Em vários países, programas de escolas sustentáveis têm sido implementados para integrar a sustentabilidade no cotidiano escolar. Esses programas incentivam práticas como a economia de energia, o uso eficiente da água, a reciclagem de materiais e o cultivo de hortas, além de incluir esses temas no currículo.

• **Campanhas de conscientização sobre a reciclagem:** Diversas cidades ao redor do mundo têm implementado campanhas de conscientização sobre a importância da reciclagem, utilizando meios de comunicação, como televisão, rádio, redes sociais e eventos comunitários, para educar a população sobre a separação de resíduos e os benefícios da reciclagem para o meio ambiente.

• **Movimentos de jovens ativistas:** Movimentos como o Fridays for Future, liderado pela jovem ativista Greta Thunberg, têm mobilizado milhões de jovens em todo o mundo para exigir ações mais fortes contra as mudanças climáticas. Essas iniciativas não só elevam a conscientização sobre as questões ambientais, mas também incentivam a participação ativa da juventude na defesa do meio ambiente.

• **Campanhas governamentais de conscientização:** Governos de vários países têm investido em campanhas nacionais de conscientização ambiental, focadas em temas como o uso consciente da água, a redução do consumo de plástico e a proteção das florestas. Essas campanhas utilizam uma variedade de estratégias, incluindo publicidade em massa, workshops e programas educativos, para alcançar um público amplo.

A Importância da Participação da Comunidade na Proteção Ambiental

A proteção ambiental não pode ser vista como responsabilidade exclusiva de governos e grandes organizações; é fundamental que a comunidade participe ativamente das ações de preservação. A conscientização coletiva e a mobilização social são essenciais para o sucesso de qualquer iniciativa ambiental.

4. PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

OS DADOS E AS ORGANIZAÇÕES: TIPOS DE DADOS: ESTRUTURADOS E NÃO ESTRUTURADOS; QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Os dados são fundamentais para as organizações, pois fornecem as informações necessárias para a tomada de decisões informadas.

Eles podem ser classificados em diferentes tipos, sendo os mais comuns: estruturados, não estruturados, quantitativos e qualitativos.

— Tipos de dados

Dados Estruturados

– Definição: São dados organizados em um formato definido, geralmente em tabelas, onde cada campo possui um valor específico e um tipo de dado claro.

– Exemplos: Banco de dados relacionais, planilhas, tabelas SQL.

– Vantagens: Fácil de armazenar, pesquisar e analisar usando ferramentas tradicionais de banco de dados e análise de dados.

– Desvantagens: Pode ser limitado na captura de informações mais complexas e ricas que não se encaixam bem em um formato tabelar.

Dados Não Estruturados

– Definição: São dados que não possuem uma estrutura predefinida. Eles podem ser textuais ou multimídia, como vídeos, áudios, e-mails, documentos de texto, entre outros.

– Exemplos: E-mails, postagens em redes sociais, vídeos, áudios, PDFs, imagens.

– Vantagens: Podem capturar informações mais ricas e variadas, oferecendo uma visão mais completa e detalhada.

– Desvantagens: Mais difícil de armazenar, pesquisar e analisar, exigindo técnicas avançadas de processamento e análise de dados, como mineração de texto e aprendizado de máquina.

— Tipos de dados: Quantitativos e qualitativos

Dados Quantitativos

– Definição: São dados que podem ser medidos e expressos numericamente. Eles podem ser analisados estatisticamente para identificar padrões e tendências.

– Exemplos: Altura, peso, temperatura, vendas mensais, número de clientes.

– Vantagens: Fácil de comparar e analisar usando técnicas estatísticas e ferramentas de visualização de dados.

– Desvantagens: Pode não capturar aspectos subjetivos e qualitativos da informação.

Dados Qualitativos

– Definição: São dados descritivos que não podem ser medidos numericamente, mas sim categorizados com base em características ou atributos.

– Exemplos: Comentários de clientes, opiniões, descrições de eventos, respostas abertas em pesquisas.

– Vantagens: Pode fornecer insights ricos e detalhados sobre comportamentos, percepções e experiências.

– Desvantagens: Mais difícil de analisar quantitativamente e pode ser subjetivo, exigindo métodos de análise interpretativos.

— Importância para as organizações

Para as organizações, é crucial entender e utilizar ambos os tipos de dados de maneira eficaz:

– Dados Estruturados: Facilitam a análise rápida e eficiente, suportando operações diárias, relatórios regulares e análises de desempenho.

– Dados Não Estruturados: Oferecem insights mais profundos sobre clientes, mercado e tendências, auxiliando em estratégias de longo prazo e inovação.

– Dados Quantitativos: Fornecem uma base objetiva para medir desempenho, definir metas e avaliar resultados.

– Dados Qualitativos: Ajudam a compreender o “porquê” por trás dos números, oferecendo contexto e explicações detalhadas para fenômenos observados.

Combinar esses diferentes tipos de dados permite que as organizações tenham uma visão mais completa e precisa. Isto facilita a tomada de decisões estratégicas e operacionais mais informadas e eficazes.

TIPOS DE PRODUTOS DE DADOS (BASES DE DADOS, RELATÓRIOS, PLANILHAS, ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS, DASHBOARDS, MODELOS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA) E SEUS USOS (EXPLORAR, ALERTAR, DESCREVER, EXPLICAR, PREVER, RECOMENDAR, OTIMIZAR)

Os produtos de dados são essenciais para transformar dados brutos em informações úteis e acionáveis para as organizações. Cada tipo de produto de dados tem suas características específicas e usos distintos.

— Tipos de produtos de dados

– Bases de Dados

– Descrição: Conjuntos estruturados de dados armazenados de forma organizada e acessível. Podem ser bancos de dados relacionais (SQL) ou não relacionais (NoSQL).

Usos

- Explorar: Facilitar a exploração de grandes volumes de dados.
- Descrever: Armazenar informações detalhadas sobre transações, clientes, produtos, etc.
- Explicar: Fornecer dados históricos para análise detalhada.

– Relatórios

- Descrição: Documentos estruturados que apresentam dados analisados de forma clara e concisa, geralmente com tabelas e gráficos.

Usos

- Descrever: Oferecer uma visão geral do desempenho e das métricas chave.
- Explicar: Interpretar dados históricos e identificar tendências.

– Planilhas

- Descrição: Ferramentas flexíveis que permitem organizar, calcular e analisar dados. Usadas amplamente em software como Microsoft Excel e Google Sheets.

Usos

- Explorar: Analisar dados de forma manual e realizar cálculos rápidos.
- Descrever: Apresentar dados de forma tabular para fácil entendimento.
- Explicar: Realizar análises e interpretações simples de dados.

– Análise Exploratória de Dados (EDA)

- Descrição: Processo de análise inicial de conjuntos de dados para resumir suas principais características, frequentemente visualizando-os.

Usos

- Explorar: Descobrir padrões, anomalias e hipóteses a partir dos dados.
- Descrever: Resumir características principais dos dados.
- Explicar: Identificar relações e correlações preliminares.

– Dashboards

- Descrição: Painéis interativos que apresentam visualizações de dados em tempo real ou próximo de tempo real, permitindo monitoramento contínuo.

Usos

- Alertar: Informar sobre mudanças e eventos importantes.
- Descrever: Apresentar uma visão consolidada de métricas e KPIs.
- Explicar: Oferecer insights sobre o desempenho em tempo real.

– Modelos de Aprendizado de Máquina (Machine Learning)

- Descrição: Algoritmos que permitem que os sistemas aprendam com os dados para fazer previsões ou tomar decisões.

Usos

- Prever: Estimar valores futuros com base em dados históricos.
- Recomendar: Sugerir ações ou produtos com base em padrões detectados.
- Otimizar: Melhorar processos ou alocações de recursos de forma automatizada.

– Usos dos produtos de dados

- Explorar
 - Ferramentas: Bases de dados, planilhas, EDA.
 - Objetivo: Descobrir novos insights e padrões nos dados.
- Alertar
 - Ferramentas: Dashboards.
 - Objetivo: Informar sobre eventos críticos ou anomalias que exigem ação imediata.
- Descrever
 - Ferramentas: Relatórios, planilhas, dashboards.
 - Objetivo: Fornecer uma visão detalhada e organizada dos dados.
- Explicar
 - Ferramentas: Relatórios, EDA, dashboards.
 - Objetivo: Interpretar dados e fornecer contexto para os padrões observados.
- Prever
 - Ferramentas: Modelos de aprendizado de máquina.
 - Objetivo: Antecipar eventos futuros com base em dados históricos.
- Recomendar
 - Ferramentas: Modelos de aprendizado de máquina.
 - Objetivo: Sugerir ações ou itens com base em preferências e comportamentos anteriores.
- Otimizar
 - Ferramentas: Modelos de aprendizado de máquina.
 - Objetivo: Melhorar a eficiência de processos e a alocação de recursos.

Cada tipo de produto de dados tem seu lugar e propósito, e a escolha do produto adequado depende das necessidades específicas da organização e do tipo de análise ou ação desejada.

PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÕES ORIENTADAS A DADOS

As organizações orientadas a dados (data-driven organizations) baseiam suas decisões e estratégias em análises de dados rigorosas. Aqui estão os principais princípios que guiam essas organizações:

– Cultura de dados**Desenvolver uma Cultura de Dados**

- Descrição: Promover uma mentalidade que valoriza os dados em todos os níveis da organização.
- Implementação: Incentivar o uso de dados nas decisões cotidianas e estratégicas, educar funcionários sobre a importância dos dados e oferecer treinamento em habilidades de análise de dados.

— Governança de dados

Estabelecer uma Sólida Governança de Dados

– Descrição: Implementar políticas e procedimentos para gerenciar a qualidade, segurança e privacidade dos dados.

– Implementação: Definir papéis e responsabilidades claras para a gestão de dados, implementar políticas de segurança e conformidade com regulamentações, como GDPR e LGPD.

— Qualidade dos dados

Garantir a Qualidade dos Dados

– Descrição: Assegurar que os dados sejam precisos, completos, consistentes e atualizados.

– Implementação: Utilizar ferramentas e processos de limpeza e validação de dados, monitorar continuamente a qualidade dos dados e corrigir problemas rapidamente.

— Acesso aos dados

Facilitar o Acesso aos Dados

– Descrição: Prover acesso fácil e seguro aos dados para todos os funcionários que deles necessitam.

– Implementação: Utilizar plataformas de dados centralizadas, estabelecer permissões de acesso baseadas em funções e garantir que os dados sejam acessíveis de forma eficiente e segura.

GOVERNANÇA DE DADOS E SEUS BENEFÍCIOS

— Governança de Dados

Ao pesquisar “definição de governança de dados”, você encontra várias explicações que, às vezes, são confundidas com o gerenciamento de dados¹. Segundo o Data Governance Institute (DGI), a governança de dados é “um sistema de direitos e responsabilidades para processos relacionados às informações, executado em concordância com modelos que descrevem quem pode realizar quais ações com quais informações, quando, sob que circunstâncias, e usando quais métodos.”

A definição do Gartner é a seguinte: a governança de dados engloba uma coleção de processos, funções, políticas, padrões e métricas que garantem o uso eficiente e eficaz das informações, permitindo que uma organização alcance suas metas.

Estas definições de governança de dados indicam que uma governança robusta segue padrões e políticas que garantem o uso dos dados com integridade. Ela estabelece quem pode realizar quais ações em quais situações, com quais dados e quais métodos.

À medida que novas leis e regulamentos de proteção de dados são aprovadas, o desenvolvimento, a implementação e a observação de estruturas eticamente robustas de governança de dados se tornarão cada vez mais essenciais para as organizações. Uma estrutura concreta de governança de dados aborda as funções operacionais e as responsabilidades, bem como os objetivos táticos e estratégicos.

Responsável pela Governança de Dados

Depois de explicar a definição da governança de dados, vamos entender quem é o responsável pela sua implementação.

Uma governança de dados eficaz envolve toda a empresa. Grandes organizações geralmente formam uma equipe de governança de dados que é responsável pelo estabelecimento de metas e prioridades, desenvolvimento do modelo de governança, obtenção da aprovação do orçamento e a seleção das tecnologias adequadas a serem usadas.

Confira na lista abaixo as designações mais comuns da equipe de governança de dados.

• Proprietários de Dados

Esta função deve ser atribuída a gerentes seniores que especificam as necessidades por dados e a qualidade dos dados da organização. Eles precisam poder tomar a iniciativa e decisões para toda a organização. Sua função é voltada ao negócio. Os proprietários de dados se responsabilizam pelos dados como um ativo.

• Organizadores de Dados

É uma função técnica. Organizadores de dados, ou data stewards, também são chamados de arquitetos de dados. Eles verificam se todos os padrões e políticas de dados estão sendo cumpridos diariamente. Muitas vezes, eles fazem parte de uma equipe de gestão central ou departamento de TI, pois precisam ser especialistas no assunto para uma entidade de dados ou/e um conjunto de atributos de dados.

Os organizadores de dados estabelecem definições e fórmulas padronizadas para os elementos dos dados, além de identificar os detalhes do sistema de fonte e o fluxo de dados entre os sistemas. Eles cuidam dos dados como um ativo ou oferecem consultoria sobre como fazer isso.

• Operadores de Dados

Os operadores de dados, ou data custodians ou data operators, criam e mantêm os dados usando como base as normas de uma organização. Isso inclui a integração organizacional e técnica, as atualizações e a manutenção dos ativos de dados. Recomenda-se que as funções de operador de dados sejam atribuídas a colaboradores em unidades de negócio estabelecidas, ou em combinação com funções de apoio dedicadas, por exemplo, de serviços compartilhados.

• Comitê de Governança de Dados

Os comitês de governança de dados aprovam as políticas e normas que tratam da governança de dados. O comitê de governança também é responsável pela resolução de problemas de escala e pode ser dividido em subcomitês caso sua organização seja de grande porte. Por exemplo, você pode ter subcomitês específicos para clientes, fornecedores, produtos e colaboradores.

Estes comitês garantem que os requisitos, prioridades e problemas relacionados aos dados sejam alinhados entre várias entidades. Além dos subcomitês, a maioria das organizações tem dois conselhos, um para tratar de assuntos estratégicos relacionados ao gerenciamento de dados e outro para tratar de questões táticas relacionadas ao gerenciamento de dados.

Em um cenário ideal, uma equipe de governança de dados deve incluir um gerente, um arquiteto de soluções e governança de dados, um analista de dados, um estrategista de dados

¹ <https://www.delphix.com/br/glossario/o-que-e-governanca-de-dados>

e um especialista em compliance que devem combinar seu conhecimento especializado para tomar decisões fundamentadas e em conformidade para a organização.

Importância da Governança de Dados

Com a governança de dados, as empresas têm mais clareza, se protegem contra o mau gerenciamento de dados e garantem a conformidade. A IBM divulgou recentemente que só nos EUA, as organizações perdem US\$ 3,1 trilhões anualmente por causa da má qualidade dos dados.

Uma baixa qualidade dos dados afeta todos os aspectos de uma organização, desde as informações para o marketing até o planejamento financeiro, impedindo a realização de KPIs importantes. É impossível tomar decisões precisas ou assumir riscos calculados quando a qualidade dos dados é insatisfatória.

Benefícios da Governança de Dados

Apesar de apresentar alguns desafios iniciais, a governança de dados permite às empresas que continuem ágeis em mercados saturados, sem deixar de manter a conformidade com a legislação que evolui constantemente.

• Garantia de Alta Qualidade

Um programa rigoroso de governança de dados mantém seus dados limpos. A responsabilidade compartilhada garante uma constante limpeza, atualização e remoção de dados. Lidar com dados dá trabalho, mas o processo pode ser menos desgastante se sua equipe de gerenciamento de dados mantém tudo atualizado e relevante.

Uma política de dados eficaz permite às organizações encontrar e manter informações úteis e reduzir informações ROT (redundantes, obsoletas e triviais). Por exemplo, ao lidar com vários pontos de entrada de dados, alguns dados serão inevitavelmente repetidos e/ou incorretos. Sua política de dados deve permitir à sua equipe eliminar tais erros e criar uma fonte única de dados confiáveis e de alta qualidade.

• Melhor Tomada de Decisão e Planejamento Organizacional

Vivemos em uma época em que os dados se tornaram um fator crítico para as decisões organizacionais. Uma boa governança de dados permite aos usuários autorizados acessar os mesmos dados, evitando assim a criação de silos de dados na empresa. As equipes de TI, Vendas e Marketing trabalham juntas, compartilham dados e insights, trocam conhecimento e economizam tempo e recursos. Os dados são mais centralizados.

• Processo de Compliance Mais Rápido

Ao tomar melhores decisões, a conformidade é alcançada com maior rapidez. As organizações podem escolher entre uma abordagem com pouco código ou sem código, dependendo das suas necessidades específicas, e ambas têm o benefício de agilizar o compliance. O software para a governança de dados pode transformar o processo usando o mascaramento como técnica de proteção de dados, permitindo assim que as organizações estejam em conformidade com maior rapidez. Com isso, o treinamento que duraria meses ou anos não é mais necessário.

• Melhor Compliance

Com a implementação de um sistema de governança de dados, fica mais fácil para sua organização cumprir integralmente as leis de proteção mais recentes, inclusive o General Data Protection Regulation (GDPR), da União Europeia, a lei de portabilidade e responsabilidade de provedores de saúde (HIPAA), o Padrão de Segurança de Dados da Indústria de Cartões de Pagamento (PCI-DSS) e outras leis de proteção de dados.

Entre todas as vantagens incentivadoras, a conformidade deve estar no topo da sua lista. A legislação relacionada à proteção de dados continuará evoluindo, junto com a tecnologia. A adoção de um sistema de compliance abrangente garante a aderência às leis e evita sanções ou multas por violação da legislação. Além disso, ao cumprir as normas regulatórias atuais, os dados da empresa ficam protegidos para que não caiam em mãos erradas.

Desafios da Governança de Dados

Devido à falta de gerenciamento de dados, os usuários passam em média 1,8 hora por dia procurando pelos dados corretos. Isso é um problema básico para as equipes de uma empresa.

• Falta de Liderança

A governança de dados abrange vários departamentos dentro de uma organização e exige uma clara liderança top-down. Um programa de governança de dados de sucesso precisa da colaboração multifuncional.

As tendências do setor indicam que os responsáveis pelos dados, os Chief Data Officers (CDO), possuem agora o mesmo nível de importância que os responsáveis pela informação ou o Chief Information Officer (CIO). Se uma organização não tiver um CIO, ela precisa ter alguém da alta administração que tenha uma função com foco na política de dados e no alinhamento processual. Este profissional precisa fazer uso da sua autoridade para defender o orçamento e a alocação de recursos e se empenhar para manter uma boa governança de dados.

• Falta de uma Equipe de Suporte

Organizações que não conseguem implementar uma boa governança de dados tendem a confiar demais nos cientistas de dados, esperando que eles assumam quase toda a responsabilidade pelos dados. A governança de dados contém vários componentes que não fazem parte das competências do cientista de dados, como estabelecer os procedimentos das políticas. A governança de dados deve ser gerida por um grupo de pessoas responsáveis por diferentes partes dos procedimentos operacionais e pelo cumprimento das normas de compliance.

• O Valor dos Dados

Muitas vezes, falta clareza em relação à propriedade, acesso, gerenciamento e uso dos dados, resultando no armazenamento de dados em sistemas imprecisos. Isso pode gerar problemas de ROT e resultar em uma má administração geral, causando prejuízos em várias áreas. Investimentos em tecnologia não melhoram a qualidade e o valor dos dados existentes, pois os dados não podem se autogovernar e precisam ser entendidos corretamente para serem usados de forma eficaz.

5. DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO COMBATE À POBREZA

— Introdução

O combate à pobreza é um dos maiores desafios enfrentados pelo Brasil, tanto em termos econômicos quanto sociais. A pobreza afeta diretamente a qualidade de vida de milhões de brasileiros, limitando seu acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, moradia e alimentação. Esse fenômeno, além de comprometer o desenvolvimento humano, perpetua ciclos de desigualdade que impactam negativamente a coesão social e o crescimento do país.

O Estado brasileiro, conforme disposto na Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais de direitos humanos aos quais o Brasil é signatário, tem o dever de implementar políticas públicas que visem não apenas a redução da pobreza, mas também a promoção da dignidade humana e a inclusão social.

A relevância dessa atuação estatal é amplificada pelo fato de que a pobreza não é apenas uma questão econômica, mas também uma violação de direitos humanos, que exige respostas abrangentes e sustentáveis.

Neste contexto, analisar o papel do Estado no combate à pobreza envolve examinar as políticas públicas adotadas, os resultados alcançados e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

— A Pobreza no Contexto Brasileiro: Um Panorama

A pobreza no Brasil é um fenômeno persistente e multifacetado, que reflete as profundas desigualdades sociais e econômicas enraizadas na história do país. Com raízes que remontam ao período colonial, a estrutura social brasileira foi marcada por uma distribuição desigual de terras, riqueza e oportunidades, criando um legado de exclusão e marginalização que ainda hoje afeta milhões de pessoas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pobreza no Brasil abrange uma parcela significativa da população, sendo particularmente severa em determinadas regiões e entre grupos sociais específicos, como negros, indígenas e moradores de áreas rurais. A desigualdade regional é um aspecto marcante, com o Nordeste apresentando os maiores índices de pobreza, seguido por regiões como o Norte e o Centro-Oeste. Em contraste, o Sul e o Sudeste, embora também afetados, possuem índices relativamente mais baixos, refletindo uma distribuição mais equilibrada de recursos e oportunidades.

A pobreza no Brasil é caracterizada por uma série de privações que vão além da simples falta de renda. Ela envolve a carência de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento, além de condições inadequadas de moradia e segurança alimentar. Essas privações comprometem o desenvolvimento humano e perpetuam ciclos de exclusão, dificultando a mobilidade social e a realização de um padrão de vida digno.

O Brasil adotou diversas medidas ao longo das últimas décadas para combater a pobreza, com destaque para programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que foi lançado em 2003 e, posteriormente, substituído pelo Auxílio Brasil. Esses programas têm como objetivo imediato a redução da pobreza extrema, ao garantir uma renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade, condicionada ao cumprimento de requisitos como a frequência escolar e a vacinação das crianças. Esses programas, embora tenham contribuído para a redução da pobreza extrema e para a melhoria de indicadores sociais, enfrentam desafios em termos de sustentabilidade e impacto a longo prazo.

Além da transferência de renda, o Brasil também investiu em políticas públicas voltadas à melhoria da educação, saúde e habitação, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que busca reduzir o déficit habitacional e promover a inclusão social através do acesso à moradia. No entanto, essas políticas enfrentam limitações significativas, como a qualidade das construções, a localização dos empreendimentos e a efetiva integração dessas ações com outras políticas sociais.

Outro aspecto importante é a vulnerabilidade econômica, agravada por crises econômicas e políticas, como a recessão de 2015-2016 e os efeitos da pandemia de COVID-19, que resultaram em aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho. Essas crises têm um impacto desproporcional sobre os mais pobres, exacerbando a desigualdade e dificultando a recuperação econômica das famílias em situação de vulnerabilidade.

Em suma, a pobreza no Brasil é um problema complexo, que exige abordagens integradas e sustentáveis para ser efetivamente combatido. O Estado brasileiro desempenha um papel crucial nesse processo, tanto na implementação de políticas públicas voltadas à redução da pobreza quanto na promoção de uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

Entretanto, desafios estruturais, como a concentração de renda e a desigualdade regional, continuam a representar obstáculos significativos, exigindo uma ação contínua e coordenada para que o Brasil possa avançar rumo a uma sociedade mais justa e inclusiva.

— Políticas Públicas de Combate à Pobreza

O combate à pobreza no Brasil é um desafio que exige a implementação de políticas públicas abrangentes e articuladas, visando não apenas a mitigação dos efeitos da pobreza, mas também a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades estruturais.

Ao longo das últimas décadas, o Estado brasileiro tem desenvolvido diversas estratégias para enfrentar essa problemática, com iniciativas que envolvem desde a transferência direta de renda até a promoção de acesso a serviços básicos e a ampliação de oportunidades econômicas e educacionais.

Programas de Transferência de Renda

Uma das principais ferramentas do governo brasileiro no combate à pobreza é o uso de programas de transferência de renda. O mais notório desses programas é o Bolsa Família, lançado em

2003, que foi posteriormente substituído pelo Auxílio Brasil. Estes programas têm como objetivo imediato a redução da pobreza extrema, ao garantir uma renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade, vinculada ao cumprimento de condicionalidades como a frequência escolar dos filhos e a atualização da caderneta de vacinação.

O Bolsa Família, em particular, teve um impacto significativo na redução da pobreza e da desigualdade, ao incluir milhões de famílias no sistema de proteção social. No entanto, o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, tem enfrentado desafios quanto à sua implementação e continuidade, devido a questões de sustentabilidade financeira e mudanças frequentes nas diretrizes políticas.

Esses programas de transferência de renda não apenas oferecem um alívio imediato às famílias pobres, mas também buscam quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, ao incentivar a permanência das crianças na escola e o acesso a serviços de saúde. Ainda assim, críticas surgem em relação à sua dependência política e à necessidade de complementá-los com políticas estruturais que promovam a geração de emprego e renda.

Políticas de Inclusão Social e Educacional

Além dos programas de transferência de renda, o Brasil tem investido em políticas de inclusão social e educacional como forma de combater a pobreza a longo prazo. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por exemplo, foi criado com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, promovendo a qualificação da força de trabalho e aumentando as chances de empregabilidade de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

Outro programa relevante é o ProUni (Programa Universidade para Todos), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda, e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que possibilita o financiamento a juros baixos para estudantes que não podem arcar com os custos da educação superior. Essas iniciativas têm como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior e, consequentemente, melhorar as oportunidades de emprego e renda para as camadas mais pobres da população.

No âmbito da educação básica, políticas como o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) desempenham um papel crucial na redistribuição de recursos para estados e municípios, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública, especialmente em áreas mais carentes.

Acesso à Moradia e Segurança Alimentar

No campo da habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, é uma das iniciativas mais importantes do governo brasileiro para combater o déficit habitacional e garantir o direito à moradia digna. O programa oferece subsídios e financiamentos a famílias de baixa renda para a aquisição de moradias, buscando promover a inclusão social e melhorar as condições de vida das populações vulneráveis.

Em relação à segurança alimentar, o Brasil também desenvolveu políticas para garantir o acesso à alimentação adequada, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas iniciativas visam assegurar que populações em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentos de qualidade, ao mesmo tempo em que promovem a agricultura familiar e a economia local.

Políticas de Valorização do Trabalho e Geração de Emprego

Outro pilar importante no combate à pobreza é a valorização do trabalho e a promoção de políticas que incentivem a geração de emprego e renda. A política de valorização do salário mínimo, adotada a partir dos anos 2000, teve um papel fundamental na elevação do poder de compra das classes mais baixas, contribuindo para a redução da pobreza e para a dinamização da economia.

Além disso, o governo tem investido em programas de microcrédito, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que busca fomentar o empreendedorismo entre os pequenos empreendedores e trabalhadores informais, oferecendo crédito a juros baixos e orientações sobre gestão financeira.

— Desafios no Combate à Pobreza

Apesar dos avanços significativos nas políticas públicas de combate à pobreza no Brasil, diversos desafios estruturais, econômicos e sociais continuam a dificultar a erradicação deste problema.

Esses desafios não só impactam a eficácia das políticas implementadas, mas também revelam as complexidades inerentes à superação da pobreza em um país marcado por desigualdades profundas e históricas.

Desigualdade Estrutural e Concentração de Renda

Um dos maiores desafios no combate à pobreza no Brasil é a desigualdade estrutural, que se manifesta de forma aguda na concentração de renda e na distribuição desigual de recursos e oportunidades. De acordo com o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, o Brasil permanece entre os países mais desiguais do mundo. Essa concentração de riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população perpetua ciclos de exclusão, limitando o acesso das camadas mais pobres a serviços essenciais como educação, saúde e moradia.

Essa desigualdade é exacerbada pela falta de acesso a bens públicos de qualidade, especialmente em regiões mais pobres do país, como o Norte e o Nordeste. A ausência de investimentos suficientes nessas áreas resulta em um acesso limitado a serviços básicos, o que, por sua vez, impede que grande parte da população possa superar a pobreza de maneira sustentável.

Desemprego, Informalidade e Crises Econômicas

O mercado de trabalho no Brasil enfrenta desafios contínuos, com altas taxas de desemprego e uma considerável parcela da população empregada em condições de informalidade. A informalidade no trabalho, que atinge quase metade da força de trabalho brasileira, é caracterizada pela ausência de direitos trabalhistas e de segurança social, o que agrava a vulnerabilidade econômica das famílias.

Além disso, crises econômicas recorrentes, como a recessão de 2015-2016 e os efeitos devastadores da pandemia de COVID-19, impactaram drasticamente o mercado de trabalho. A crise sanitária, em particular, levou ao aumento do desemprego e à queda da renda das famílias, ampliando a pobreza e a desigualdade social. Essas crises revelam a fragilidade das políticas públicas de combate à pobreza, que muitas vezes dependem de um contexto econômico estável para serem eficazes.

Desafios de Governança e Continuidade das Políticas Públicas

Outro desafio crítico é a governança das políticas públicas, que frequentemente sofre com a falta de continuidade e com mudanças de prioridades políticas a cada novo governo. A fragmentação das

políticas públicas, a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a descontinuidade de programas sociais prejudicam a eficácia das iniciativas voltadas ao combate à pobreza.

Ademais, questões como a corrupção e a má gestão de recursos públicos comprometem a implementação e a eficiência das políticas de combate à pobreza. A burocracia excessiva e a falta de transparência na execução de programas sociais dificultam o acesso das populações mais vulneráveis aos benefícios e serviços a que têm direito.

Regionalização da Pobreza e Disparidades Sociais

A pobreza no Brasil possui uma forte dimensão regional, sendo mais acentuada em áreas como o Nordeste e o Norte do país. Essas regiões, historicamente marginalizadas, apresentam indicadores sociais e econômicos significativamente piores do que outras partes do Brasil, como o Sul e o Sudeste. As políticas públicas muitas vezes não consideram essas diferenças regionais de forma adequada, resultando em soluções homogêneas que não atendem às necessidades específicas de cada área.

Além disso, as disparidades sociais se manifestam de forma particularmente grave entre grupos racializados, como negros e indígenas, que enfrentam maiores obstáculos para o acesso a oportunidades e serviços. A interseção entre raça, gênero e pobreza agrava ainda mais a situação de grupos vulneráveis, exigindo políticas específicas que considerem essas múltiplas dimensões de desigualdade.

Sustentabilidade e Impacto de Longo Prazo

A sustentabilidade das políticas de combate à pobreza é um desafio constante, especialmente em relação aos programas de transferência de renda. Embora esses programas tenham desempenhado um papel fundamental na redução da pobreza extrema, há um debate sobre sua capacidade de promover uma transformação estrutural que permita às famílias saírem da pobreza de forma duradoura. A dependência desses programas, sem a criação concomitante de oportunidades de emprego e qualificação profissional, pode limitar seu impacto a longo prazo.

Além disso, a falta de investimentos em áreas fundamentais, como educação e saúde, compromete o desenvolvimento humano e a capacidade de geração de renda das futuras gerações, perpetuando o ciclo de pobreza. A combinação de políticas emergenciais com estratégias de desenvolvimento a longo prazo é essencial para garantir que os avanços no combate à pobreza sejam sustentáveis.

— A Importância dos Direitos Humanos no Combate à Pobreza

O combate à pobreza vai além de uma simples questão econômica; é um imperativo ético e jurídico profundamente enraizado nos princípios dos direitos humanos. A pobreza extrema não apenas limita o acesso a bens e serviços essenciais, mas também viola a dignidade humana, restringindo o pleno exercício dos direitos fundamentais.

Nesse contexto, a promoção dos direitos humanos se torna uma estratégia central e indispensável para enfrentar a pobreza de forma abrangente e sustentável.

A Pobreza como Violação dos Direitos Humanos

A pobreza, especialmente em suas formas mais extremas, constitui uma violação direta dos direitos humanos, conforme estabelecido por diversos tratados e convenções internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que têm direito a um padrão de vida adequado para garantir saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos. Quando esses direitos são negados devido à pobreza, a dignidade humana é comprometida, e o Estado tem a obrigação de agir para corrigir essa situação.

A pobreza impede o exercício de direitos como o acesso à educação, à saúde e ao trabalho digno. Além disso, ela exacerba a vulnerabilidade a outras formas de violações, como discriminação, violência e exclusão social. Reconhecer a pobreza como uma violação dos direitos humanos significa que o combate a essa condição deve ser tratado como uma prioridade, exigindo ações concretas e eficazes por parte do Estado e da sociedade.

Princípios dos Direitos Humanos na Formulação de Políticas Públicas

A integração dos princípios dos direitos humanos na formulação e implementação de políticas públicas é fundamental para garantir que o combate à pobreza seja efetivo e respeitoso da dignidade humana. Esses princípios incluem a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência dos direitos, a não discriminação, a participação e a responsabilização.

- **Universalidade e Indivisibilidade dos Direitos:** Todos os direitos humanos são universais e aplicáveis a todas as pessoas, sem discriminação. As políticas públicas devem garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a direitos fundamentais como educação, saúde e habitação.

- **Interdependência dos Direitos:** Os direitos humanos são interdependentes e inter-relacionados. Por exemplo, o direito à educação está intrinsecamente ligado ao direito ao trabalho, ao desenvolvimento pessoal e à participação na vida pública. Assim, as políticas de combate à pobreza devem abordar múltiplas dimensões da pobreza simultaneamente.

- **Não Discriminação e Igualdade:** As políticas públicas devem ser desenhadas e implementadas de forma a evitar qualquer forma de discriminação, garantindo igualdade de acesso e oportunidades para todos, especialmente para os grupos mais vulneráveis, como mulheres, crianças, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

- **Participação e Responsabilização:** A participação ativa das pessoas afetadas pela pobreza na formulação e implementação de políticas que as impactam é um princípio fundamental dos direitos humanos. As políticas públicas devem ser elaboradas com a participação das comunidades, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Além disso, o Estado deve ser responsabilizado pela implementação dessas políticas, com mecanismos claros de monitoramento e avaliação.

O Papel dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos

O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos que reforçam a necessidade de combater a pobreza e promover o desenvolvimento social. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDES(C), por exemplo, es-

tabelece que os Estados têm a obrigação de tomar medidas para assegurar o pleno exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito a um padrão de vida adequado.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelas Nações Unidas, também coloca a erradicação da pobreza como seu primeiro objetivo, destacando a necessidade de garantir que todos tenham acesso aos direitos básicos. O Brasil, ao adotar essas metas, compromete-se a desenvolver políticas públicas que não apenas aliviem a pobreza, mas também garantam um desenvolvimento inclusivo e sustentável, baseado nos princípios dos direitos humanos.

Abordagens Baseadas em Direitos Humanos no Combate à Pobreza

As abordagens baseadas em direitos humanos para o combate à pobreza enfatizam a necessidade de empoderar os indivíduos e comunidades pobres, garantindo que eles não sejam meros receptores passivos de assistência, mas agentes ativos de seu próprio desenvolvimento. Isso envolve a criação de condições que permitam às pessoas exercer seus direitos plenamente, como a educação de qualidade, a saúde acessível e o trabalho digno.

Essas abordagens também destacam a importância de um sistema de proteção social robusto, que funcione como uma rede de segurança para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, quando integrados a outras políticas de educação, saúde e habitação, podem ser exemplos de políticas alinhadas com os princípios dos direitos humanos.

Além disso, a educação em direitos humanos é essencial para conscientizar a sociedade sobre a importância de erradicar a pobreza e promover a igualdade. A sensibilização e a formação em direitos humanos ajudam a construir uma cultura de respeito e solidariedade, que é fundamental para sustentar políticas de combate à pobreza.

— Conclusão

O combate à pobreza no Brasil é uma tarefa de imensa complexidade, que exige não apenas ações governamentais robustas, mas também um compromisso contínuo com a justiça social e os direitos humanos. A pobreza, enquanto violação dos direitos fundamentais, demanda políticas públicas que abordem suas causas estruturais e garantam a inclusão social de forma abrangente e sustentável.

Ao longo das últimas décadas, o Estado brasileiro desenvolveu uma série de programas e políticas que buscaram mitigar os efeitos da pobreza e promover o acesso a direitos básicos. No entanto, os desafios persistem, especialmente em termos de desigualdade de renda, regionalização da pobreza, e instabilidade econômica. A crise econômica e social exacerbada pela pandemia de COVID-19 destacou a vulnerabilidade de grandes parcelas da população, evidenciando a necessidade de reforçar e expandir as redes de proteção social.

A integração dos princípios dos direitos humanos nas políticas públicas é crucial para garantir que o combate à pobreza não seja apenas uma resposta emergencial, mas um esforço contínuo para promover a dignidade e a igualdade. Isso inclui garantir o acesso universal e equitativo a serviços essenciais, como educação, saúde e moradia, e promover a participação ativa das comunidades afetadas na formulação e implementação dessas políticas.

Para que o Brasil consiga superar os desafios que ainda persistem, é necessário um compromisso renovado com a justiça social, a transparência e a responsabilidade na governança das políticas públicas. A erradicação da pobreza deve ser vista como um objetivo central e prioritário, que requer a mobilização de recursos e a articulação de esforços em todos os níveis de governo e da sociedade.

Somente através de uma abordagem integrada e orientada pelos direitos humanos será possível construir um Brasil mais justo e inclusivo, onde todos os cidadãos possam viver com dignidade e participar plenamente da vida econômica, social e política do país. A continuidade e o aprimoramento das políticas públicas, aliadas a um forte compromisso com os valores fundamentais dos direitos humanos, são essenciais para que o país avance na construção de uma sociedade mais equitativa e livre da pobreza.

O PAPEL DO BNDES NA REDUÇÃO DE DESIGUALDADES ECONÔMICAS, SOCIAIS E TERRITORIAIS NO BRASIL

— Introdução

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma das principais instituições de fomento do Brasil, desempenhando um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Desde a sua criação, em 1952, o BNDES tem sido instrumental na implementação de políticas públicas voltadas para a industrialização, modernização da infraestrutura e, mais recentemente, para a redução das desigualdades econômicas, sociais e territoriais. A atuação do banco se estende por diversas áreas estratégicas, incluindo o apoio ao microcrédito, financiamento de projetos sociais e investimentos em regiões menos desenvolvidas.

As desigualdades no Brasil são um desafio histórico e complexo, manifestando-se de diversas formas e em diferentes dimensões. Desigualdades econômicas refletem-se na concentração de renda e riqueza; desigualdades sociais são visíveis no acesso desigual à educação, saúde e habitação; enquanto as desigualdades territoriais evidenciam-se nas disparidades de desenvolvimento entre as diferentes regiões do país. O BNDES, como agente de políticas públicas, tem se empenhado em mitigar essas desigualdades através de uma variedade de instrumentos e programas.

— Origem e Mandato do BNDES: Fundamentos para o Desenvolvimento Nacional

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi criado em 20 de junho de 1952, durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo inicial de financiar projetos de infraestrutura e indústrias de base que eram essenciais para o desenvolvimento do Brasil.

Naquele período, o país estava em um processo de transição de uma economia predominantemente agrária para uma economia industrializada, e havia uma necessidade premente de investimentos em setores estratégicos que pudessem sustentar esse processo de modernização.

Contexto Histórico e a Criação do BNDES

No início dos anos 1950, o Brasil enfrentava um cenário econômico marcado por limitações estruturais, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de diversificação da economia. As políticas desenvolvimentistas de Vargas visavam à criação de uma